

LEIA TAMBÉM NA INTERNET

GazetadoParaná



gazetadoparana.com.br



Publicidade Legal

Edição 11.001 // Fechamento 13h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R\$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri

DOMINGO // 19.04.2026 // Cascavel-PR

www.gazetadoparana.com.br

Guto Silva é citado em áudio sobre contrato de R\$ 3,8 milhões

• Áudio menciona Guto Silva e sugere negociações informais, com falas sobre “acerto” e decisões fora do fluxo institucional

• Um áudio divulgado pelo site Reverberou trouxe novos elementos a um caso que já circulava nos bastidores do governo do Paraná. A gravação, embora com falhas, menciona o então chefe da Casa Civil, Guto Silva, em um contexto de influência sobre decisões e tratativas fora dos canais institucionais.

DADOS

• Embora não haja conclusão oficial, a investigação em sigilo e os elementos apresentados ampliam o debate sobre **transparência e condução de contratos públicos no Estado**

• Contrato de R\$ 3,8 milhões já havia sido contestado por suspeita de direcionamento; denúncia aponta possível cobrança de 25%

Expressões como “acerto” e referências a reuniões de madrugada sugerem um ambiente informal de negociação, incluindo discussões sobre valores. O conteúdo ganha relevância ao ser relacionado a uma denúncia encaminhada ao Ministério Público, que aponta a suposta cobrança de 25% sobre

um contrato de R\$ 3,8 milhões para aquisição de simuladores de tiro pela Polícia Civil, firmado em 2019 com a empresa EBTS. Apesar de formalmente regular, o processo licitatório já havia sido contestado por suspeitas de direcionamento, com críticas ao alto grau de especificidade técnica do edital. Público • P.3

“Frangogate” liga obras públicas a imóveis no PR



Reprodução

• A nova investida do ex-deputado Homero Marchese amplia o “Frangogate” ao apontar São Jorge do Patrocínio como foco de suspeitas. Em vídeo, ele relaciona obras de infraestrutura financiadas com recursos públicos, como a pavimentação de estrada rural de cerca de R\$ 5 milhões, à proximidade de imóveis adquiridos por integrantes do governo estadual no fim de 2024. A apuração identificou contrato

de R\$ 2,28 milhões para serviços de terraplenagem no município, mas a falta de documentos no portal da transparência impede verificar detalhes como localização das obras e critérios técnicos. Marchese também levanta suspeitas de uso de máquinas públicas em área privada. O caso reforça questionamentos sobre possível favorecimento indireto por meio de investimentos públicos. Público • P.2



Cascavel volta a atuar no Estádio Olímpico neste domingo pela Série D do Brasileiro Brayan Brandão

INVICTO

Cascavel defende a invencibilidade dentro de casa neste domingo (19) contra o Guarany de Bagé pela terceira rodada da Série D do Brasileiro. Esportes • Pág.6

BASQUETE DE LUTO PELO ‘MÃO SANTA’ OSCAR

Esportes • Pág.6

LÍDER VERDÃO RECEBE O FURACÃO EM SÃO PAULO

Esportes • Pág.6

FLAMENGO FAZ DUELO DIRETO COM O BAHIA HOJE

Esportes • Pág.6

PEIXE PEGA O FLUMINENSE NA VILA PELO BRASILEIRO

Esportes • Pág.6

Olho Vivo Empresas apontaram falhas graves em edital

Muito antes de o TCE-PR determinar a suspensão da licitação do programa Olho Vivo, o edital que sustentava o projeto já vinha sendo formalmente contestado por empresas interessadas. Documentos obtidos pela reportagem mostram que o Pregão Eletrônico nº 203/2026 acumulou uma sequência consistente de impugnações apontando falhas estruturais. Público • P.2

Na natureza Dicas de passeios para o feriado de Tiradentes no PR

Aquário repleto de espécies marinhas, trilhas entre cânions, flores encantadoras, grutas, ar puro e muito verde. Essa é uma parcela dos passeios oferecidos para quem quer curtir a natureza durante o feriado de Tiradentes. O Instituto Água e Terra (IAT) preparou uma lista com seis recomendações com complexos ambientais de diferentes regiões do Paraná. Mais • P.13



Artemis II Os astronautas estavam seguros na volta para a Terra?

A missão Artemis II foi alvo de diversas teorias da conspiração — algo relativamente comum em projetos espaciais de grande visibilidade. Não vamos tratar dessas teorias aqui, mas sim de algo um tanto interessante levantado por um professor em Física pela UERJ. A missão Artemis II levantou preocupações que vão além do que costuma aparecer na cobertura tradicional. Global • P.11

Ovnihoje.com

Público

São Jorge do Patrocínio Vídeo de Homero Marchese aponta pavimentação até imóveis de autoridades; reportagem localiza contrato de terraplenagem, mas portal omite documentos essenciais

“Frangogate” levanta suspeitas sobre obras com dinheiro público

Reportagem encontrou um obstáculo relevante: a ausência de documentos essenciais no portal da transparência

DA REDAÇÃO
Cascavel

•A nova investida do ex-deputado Homero Marchese no chamado “Frangogate” leva as suspeitas para São Jorge do Patrocínio, no noroeste do Paraná — município que já vinha sendo citado em reportagens anteriores como ponto de convergência entre imóveis rurais, incentivos fiscais e investimentos públicos.

Gravado às margens de uma estrada rural em obras, o vídeo traz um elemento central: a coincidência entre recursos públicos aplicados em infraestrutura e a localização de propriedades adquiridas por integrantes da alta cúpula do governo estadual. “Desde o ano passado, um trecho de cerca de quatro quilômetros nessa estrada está sendo pavimentado pela prefeitura, numa obra de cerca de R\$5 milhões, custeada pelo governo do estado do Paraná”, afirma Marchese.

Segundo ele, a via leva diretamente a imóveis adquiridos no fim de 2024 por nomes ligados ao governo. “E sabe quem comprou imóveis bem à margem dessa estrada, aqui do lado, no final de 2024? Sim, a República de Jandaia”, diz.

Entre os citados estão Darlan Scalco, chefe de gabinete do governador; Cláudio Stabile, presidente da Fomento Paraná;

Giancarlo Rocco, diretor da Investe Paraná; além de familiares de José Eduardo Bekin. “Nos últimos anos, o governo do estado e a Sanepar investiram em São Jorge do Patrocínio cerca de R\$35 milhões”, afirma o ex-deputado, ao citar o programa Rota do Progresso.

Contrato de R\$ 2,28 milhões

A equipe da Gazeta do Paraná foi além da denúncia e buscou confirmação documental no Portal da Transparência do município. A apuração identificou o Contrato nº 2/2026, firmado com a empresa mencionada Lucas Serviços de Terraplenagem, classificado como prestação de serviços, com valor de R\$ 2.280.000,00, vinculado à Licitação nº 4/2025, na modalidade concorrência.

O objeto do contrato prevê a execução de serviços de terraplenagem, incluindo limpeza de área, escavação, cortes, aterros, transporte e compactação do solo, dentro de ações voltadas à infraestrutura rural. Os dados também indicam que o contrato está vigente e foi formalizado no âmbito da Prefeitura de São Jorge do Patrocínio, com recursos oriundos de transferências destinadas ao desenvolvimento rural. O responsável como assinante do contrato aparece como Lucas Roberto Jambers da Silva, nome que coincide com a referência feita por Marchese no vídeo.

Transparência parcial

Apesar da existência formal do contrato, a reportagem encontrou um obstáculo relevante: a ausência de documentos essenciais no portal da transparência.



Homero gravou um vídeo às margens de uma estrada rural em obras. Reprodução

rência. Não estão disponíveis: o contrato na íntegra; as atas da licitação, anexos técnicos ou mapas de execução.

O objeto da licitação, segundo o portal, prevê a contratação de uma empresa especializada para a execução de obra de engenharia voltada à terraplenagem no parque rural do município de São Jorge do Patrocínio. Trata-se de um conjunto amplo de serviços técnicos que envolve a preparação completa do terreno, incluindo limpeza da área, escavação, realização de cortes e aterros, transporte e espalhamento de materiais, além de nivelamento, conformação e compactação do solo.

A execução desses serviços deve seguir as especificações estabelecidas em Termo de Referência, bem como atender aos Planos de Ação nº 09032025-080501/2025 e nº 09032025-080262/2025, vinculados a recursos oriundos de transfe-

rências especiais. O documento indica que esses investimentos estão direcionados ao aprimoramento da infraestrutura rural, com foco no apoio à produção agropecuária e no fortalecimento da agricultura familiar.

Ainda conforme o detalhamento, o objeto abrange todas as atividades necessárias para garantir a adequada preparação das áreas, com o objetivo de promover melhores condições de acesso e circulação, facilitar o escoamento da produção e impulsionar o desenvolvimento rural sustentável no município. A execução deve observar integralmente as especificações constantes no Termo de Referência, incluindo memoriais descritivos, planilhas e demais anexos técnicos que compõem o edital.

No entanto, o próprio sistema indica que não há arquivos anexados ao processo, nem registros das atas da sessão lici-

tatória. Na prática, isso impede a verificação de pontos fundamentais, como: a localização exata dos serviços executados; os critérios técnicos da contratação; eventual vinculação com áreas privadas específicas. Também não localizamos aditivos para chegar ao valor de R\$5 milhões mencionados por Marchese.

A ausência dessas informações ocorre justamente em um contexto em que o objeto do

A FRASE

“Sabe quem comprou imóveis bem à margem dessa estrada, aqui do lado, no final de 2024? Sim, a República de Jandaia”

HOMERO MARCHESE
Ex-deputado estadual

contrato — terraplenagem em área rural — coincide com o tipo de intervenção citado no vídeo.

Obras dentro de propriedade

No material divulgado, Marchese afirma ter identificado movimentação de máquinas em área privada. “Acabamos descobrindo outro fato muito curioso: as obras de terraplenagem de um dos imóveis [...] estão sendo feitas pela prefeitura de São Jorge do Patrocínio”, diz. Durante a gravação, ele questiona trabalhadores no local: “E quem que está contratando?”, levantando a suspeita de possível interface entre contrato público e intervenção em área privada.

Novo capítulo

A hipótese de instalação de aviários nos imóveis reforça a conexão com o eixo central do “Frangogate”, que envolve incentivos fiscais e a estruturação de empreendimentos no setor avícola. “E você, paranaense da zona rural, tem dinheiro do Estado em obras de infraestrutura na sua região também?”, questiona Marchese no vídeo.

Ao final, ele sinaliza novos desdobramentos: “As descobertas de hoje abrem mais um capítulo importantíssimo nas investigações sobre o Frangogate. Nós vamos apurar esse caso até o fim”.

Com a identificação do contrato e a constatação de lacunas na transparência, o caso avança de uma denúncia política para um terreno mais sensível: o da rastreabilidade do uso de recursos públicos — e de seus possíveis efeitos sobre interesses privados. A investigação segue em curso.

Olho Vivo: empresas denunciaram falhas graves em edital antes de licitação

Pedidos de impugnação, obtidos pela reportagem revelam problemas estruturais na licitação de R\$ 580 milhões que depois foram confirmados pelo TCE-PR

Da Redação
Cascavel

•Muito antes de o Tribunal de Contas do Paraná determinar a suspensão da licitação do programa Olho Vivo, o edital que sustentava o projeto já vinha sendo formalmente contestado por empresas interessadas no certame. Documentos obtidos pela reportagem mostram que o Pregão Eletrônico nº 203/2026 acumulou uma sequência consistente de impugnações apontando falhas estruturais — muitas delas posteriormente reconhecidas pelo próprio órgão de controle.

A decisão cautelar do TCE, assinada pelo conselheiro Fernando Guimarães, suspendeu o processo ao identificar fragilidades graves, como risco de sobrepreço, inconsistências na definição do objeto, falhas na governança e inadequação do modelo de contratação diante da complexidade do sistema.

O que não era público até então é que boa parte dessas problemas já havia sido apontada, por escrito, por empresas que tentavam participar da licitação.

As impugnações convergem para um ponto central: a indefinição do objeto da contratação.

Em uma das manifestações, a crítica é direta ao afirmar que o edital “não responde à pergunta mais elementar de qualquer licitação: o que, afinal, está sendo contratado?”

A análise dos documentos revela que o termo de referência oscila entre dois modelos distintos. Em determinados trechos, a contratação é apresentada como uma plataforma tecnológica em nuvem, no modelo Software as a Service (SaaS), com prestação de serviços continuados. Em outros, passa a exigir fornecimento de equipamentos, instalação de câmeras, sensores, operação de centros estratégicos e infraestrutura física completa.

Essa duplicidade, segundo as empresas, inviabiliza a construção de propostas comparáveis e compromete o julgamento objetivo. Sem delimitar se a contratação é essencialmente de software, de infraestrutura ou de ambos, o edital permite que cada concorrente opere com premissas distintas, criando um ambiente de insegurança técnica e jurídica.

O próprio Tribunal de Contas, ao suspender o processo, apontou “problemas na definição do objeto” e inconsistências no planejamento como fatores determinantes para a cautelar.

Lote único

Outro eixo recorrente nas impugnações é a concentração de todos os serviços em um único

contrato. O edital reúne, no mesmo lote, atividades de natureza completamente distinta, que vão desde desenvolvimento tecnológico até infraestrutura física e operação de centros de inteligência.

Uma das impugnações detalha que o objeto engloba ao menos cinco frentes diferentes, incluindo sistema de monitoramento, integração de dados, operação de estruturas e desenvolvimento evolutivo da plataforma. No mesmo escopo, aparecem exigências que extrapolam o campo tecnológico, como fornecimento de estrutura física e itens operacionais.

Para as empresas, essa concentração reduz drasticamente a competitividade. A avaliação é de que o modelo favorece apenas grandes consórcios ou empresas com atuação altamente diversificada, afastando competidores especializados.

O argumento encontra respaldo na legislação. A Lei nº 14.133 estabelece o parcelamento como regra sempre que houver viabilidade técnica e econômica. Nas impugnações, as empresas sustentam que não houve justificativa concreta para a adoção do lote único.

Risco ao erário

As inconsistências do edital também impactam diretamente a formação de preços. Sem definição clara do escopo, as empresas afirmam que não conse-



Boa parte dos problemas já havia sido apontada, por escrito. AEN

guem estimar custos de forma homogênea, o que compromete a confiabilidade das propostas. Esse ponto também aparece na análise do Tribunal de Contas, que identificou indícios de sobrepreço e fragilidades na metodologia utilizada para estimar o valor da contratação.

O contrato, com duração prevista de cinco anos, poderia comprometer mais de meio bilhão de reais dos cofres públicos, o que levou o TCE a considerar o risco de dano ao erário como fator decisivo para a suspensão.

Complexidade

Outro ponto de convergência entre as impugnações e a decisão do Tribunal é a inadequação da modalidade de contratação. Embora estruturado como pregão eletrônico (destinado a serviços comuns) o objeto descrito no edital envolve tecnologia complexa, integração de sistemas e uso de dados sensíveis, como reconhecimento facial e leitura de placas.

O TCE destacou justamente

essa incompatibilidade entre a complexidade da solução e o modelo licitatório adotado, reforçando críticas que já haviam sido feitas pelas empresas.

Alertas ignorados

A sequência dos fatos revela um padrão: os problemas identificados pelo Tribunal não surgiram de forma repentina, mas foram previamente apontados por empresas interessadas no certame. As impugnações indicam que o edital apresentava falhas de planejamento, ausência de estudos robustos e inconsistências na definição da contratação — pontos que também aparecem no relatório técnico do TCE. Ainda assim, segundo os documentos analisados, o processo seguiu sem alterações substanciais até a intervenção do órgão de controle.

O que muda com a suspensão

A decisão do Tribunal não atinge a operação já existente do programa, mas paralisa a licitação que

ampliaria o sistema. O processo agora entra em fase de análise mais aprofundada, com prazo para manifestação dos responsáveis e possibilidade de novos desdobramentos. No entanto, o conteúdo das impugnações ganha novo peso. Elas deixam de ser apenas manifestações administrativas e passam a compor um conjunto de evidências que ajudam a explicar por que a licitação foi interrompida.

Mais do que um problema técnico, o caso expõe fragilidades no planejamento de uma contratação de grande porte, envolvendo tecnologia, dados sensíveis e recursos públicos expressivos. Ao reunir diferentes camadas de serviço em um único contrato, sem delimitação clara entre elas, o edital acabou gerando dúvidas que ultrapassaram o ambiente administrativo e chegaram ao controle externo. Agora, com a suspensão consolidada, a discussão deixa de ser se havia problemas, e passa a ser a extensão deles.

Só piora Gravação divulgada pelo Reverbero menciona negociações, valores e influência dentro do governo; denúncia ao Ministério Público e histórico de questionamentos reforçam o caso

GUTO SILVA

Citação em áudio com “acerto” e valores amplia crise sobre contrato de R\$ 3,8 mi

Outro ponto que chama atenção é que as acusações de direcionamento não ficaram restritas ao Paraná nem a esse contrato específico

Cascavel
DA REDAÇÃO

O CASO que já vinha rondando os bastidores do governo do Paraná ganhou um novo elemento e dos mais sensíveis. Um áudio divulgado pelo Reverbero traz falas que mencionam o secretário das Cidades, Guto Silva, em meio a um cenário de negociação, influência e decisões que, ao menos na forma como são descritas, não seguem o fluxo institucional esperado. A gravação é imperfeita, tem trechos truncados e repetições, mas deixa escapar expressões que ajudam a desenhar o ambiente em que essas tratativas teriam ocorrido.

Em determinado momento, o interlocutor fala em reuniões fora do horário convencional ao afirmar que “isso aí vai lá três horas da manhã” e, logo em seguida, associa Guto à estrutura central do governo ao descrevê-lo como “chefe do gabinete do governador”, acrescentando que ele “controla tudo”, da agenda à engrenagem que cerca o Executivo. Na época Guto era chefe da Casa Civil.

Não se trata apenas de identificação de cargo, mas de uma tentativa de situar poder e influência dentro da conversa. O ponto que mais pesa aparece quando o diálogo entra no campo das decisões e dos valores. “Vamos fazer um acerto, vamos fazer um projeto”, diz o interlocutor, para completar logo depois que “eu tenho condição de nos acertar”. A escolha das palavras foge completamente do vocabulário técnico de contratos públicos e entra no terreno típico de bastidor.

A conversa avança e reforça essa leitura ao tratar diretamente de dinheiro. Em um dos trechos, o interlocutor afirma que “tem que cobrar mais caro” e, na sequência, diz que “estamos vendo quanto os caras querem”, indicando negociação de valores ainda em aberto. Não há, na gravação, referência explícita ao contrato discutido, mas o contexto ganha outra dimensão quando esse material é cruzado com uma denúncia já encaminhada ao Ministério Público que aponta a existência de um suposto pagamento de 25 por cento sobre um contrato de aproximadamente R\$ 3,8 milhões.

O valor coincide com o Pregão Eletrônico nº 1133 de 2019, realizado pelo Governo do Paraná para aquisição de simuladores de tiro para a Polícia Civil, ao qual a Gazeta do Paraná teve acesso. O contrato foi fechado por R\$ 3.833.000,00, praticamente no limite máximo previsto. A empresa vencedora foi a EBTS, em um processo que, do ponto de vista formal, seguiu o rito legal, mas que já nasceu sob contestação.

“Direcionamento escrachado”

O detalhamento do próprio processo licitatório ajuda a entender por que o contrato voltou ao cen-



Guto Silva foi citado em áudio comprometedor Geraldo Bubniak/AEN

tro da discussão. O pregão em questão foi aberto pelo Governo do Paraná com o objetivo de adquirir uma unidade fixa e uma unidade móvel de treinamento virtual de tiro para a Polícia Civil, com valor máximo estabelecido em R\$ 3.842.000,00. O modelo adotado foi o de menor preço global, sem possibilidade de propostas parciais e sem permissão para participação em consórcio, o que, na prática, já restringe o universo de competidores possíveis em um mercado altamente especializado.

O edital previa ainda a exigência de amostra do sistema e análise técnica detalhada como condição para habilitação, além de uma série de requisitos técnicos definidos no termo de referência. É justamente nesse ponto que surgem as primeiras controvérsias. Antes mesmo da realização da sessão pública, uma empresa do setor protocolou pedido formal de impugnação apontando o que classificou como “direcionamento direto e escrachado”. A expressão não é comum em peças desse tipo e indica o nível de desconhecimento com o conteúdo do edital.

Na impugnação, a empresa sustenta que o termo de referência não descrevia apenas o resultado esperado do sistema, mas reproduzia o funcionamento interno de uma solução específica já existente no mercado. Segundo o documento, o edital exigia características ligadas à programação do sistema, à estrutura de banco de dados e à forma de geração de relatórios, elementos que, na avaliação da empresa, não impactam o resultado final para o usuário, mas restringem a participação de concorrentes.

A crítica vai além do excesso técnico. O texto afirma que o edital seria, na prática, uma “cópia do sistema da empresa EBTS”, apontando que itens considerados irrelevantes para o funcionamento operacional foram incluídos com a finalidade de limitar a competição. Em um dos trechos mais duros, a impugnação menciona inclusive “influência política” na construção das exigências, ao sustentar que o modelo beneficiaria diretamente a empresa sediada em Curitiba.

Entre os exemplos citados estão exigências relacionadas à forma como o sistema deveria armazenar dados e gerar relató-

rios, incluindo a utilização de estruturas específicas de banco de dados. Para a empresa que impugnou o edital, esse tipo de exigência não apenas foge da lógica de contratação de bens comuns, como cria uma barreira artificial à concorrência, ao exigir que outros fornecedores reproduzam exatamente a arquitetura de um produto específico.

Outro ponto levantado foi o nível de detalhamento no cadastro de usuários, com exigência de múltiplos campos obrigatórios, considerado excessivo e desnecessário para a operação do sistema. A crítica classifica esse tipo de requisito como burocrático e sem impacto prático, reforçando a tese de que o edital teria sido estruturado com base em um modelo já existente, e não a partir de uma necessidade aberta de mercado.

Apesar do peso das acusações, o pedido de impugnação

No fim, o que está em jogo já não é apenas um contrato específico, mas a forma como decisões públicas são construídas, discutidas e eventualmente definidas

não prosperou. A resposta encaminhada pela administração pública sustentou que as especificações técnicas estavam fundamentadas nas necessidades da Polícia Civil e que caberia ao órgão demandante definir os parâmetros da contratação. O Estado também argumentou que a definição do objeto está dentro do poder discricionário da administração e que não seria possível a particulares interferirem nesse processo. As acusações de direcionamento e favorecimento foram classificadas como infundadas, e o edital foi mantido integralmente.

Com isso, a licitação seguiu normalmente. Na sessão pública realizada em 27 de novembro de 2019, participaram ao menos cinco empresas. Os valores apresentados revelam um cenário que chama atenção. Três concorrentes apresentaram propostas muito próximas do teto

estabelecido, na faixa de R\$ 3,84 milhões, enquanto outros dois ofertaram valores significativamente superiores, chegando a R\$ 5 milhões e R\$ 6,4 milhões. Após a fase de lances, a disputa permaneceu concentrada entre poucos participantes, com diferença mínima entre as melhores ofertas.

A empresa EBTS acabou declarada vencedora com proposta de R\$ 3.833.000,00, valor praticamente colado ao limite máximo previsto no edital. A adjudicação foi confirmada após análise da documentação e aprovação técnica da proposta e da amostra apresentada, e o resultado foi posteriormente homologado pela autoridade competente.

O comportamento dos preços, com baixa variação em relação ao teto e concentração de propostas em patamar semelhante, não configura irregularidade por si só, mas é frequentemente apontado em análises técnicas como um possível indicativo de baixa competitividade efetiva. Quando somado ao alto grau de especificidade do edital e à rejeição de impugnação que apontava direcionamento, esse cenário passa a compor um conjunto de elementos que ajudam a explicar por que o contrato voltou ao centro das suspeitas.

No fim, o processo reúne características que, isoladamente, podem ser justificadas dentro da legalidade administrativa, mas que, analisadas em conjunto, levantam questionamentos sobre a forma como a licitação foi estruturada. Exigências técnicas altamente específicas, limitação de participação, disputa com baixa variação de preços e acusações formais de direcionamento formam o pano de fundo que agora ganha novo significado diante das informações mais recentes.

“Práticas obscuras e ilegais”

Outro ponto que chama atenção é que as acusações de direcionamento não ficaram restritas ao Paraná nem a esse contrato específico.

O empresário que aparece como responsável pela impugnação do edital no Paraná também protagonizou episódio semelhante em outra licitação, no Rio de Janeiro. Em processo analisado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, ele foi acusado pela ETBS de calúnia e difamação após afirmar, em e-mail enviado durante



Vamos fazer um acerto, vamos fazer um projeto”

INTERLOCUTOR EM MENSAGENS”

o certame, que o termo de referência reproduzia integralmente o produto de um único fornecedor e indicava direcionamento.

No processo, a Empresa Brasileira de Treinamento e Simulação e um de seus representantes ingressaram com queixa-crime contra o empresário concorrente, acusando-o de calúnia e difamação. A origem da ação foi um e-mail enviado durante uma licitação no Rio de Janeiro, no qual o concorrente afirmava que o termo de referência apresentado reproduzia “100%” o descritivo técnico de um produto da EBTS e, por isso, caracterizaria direcionamento. No mesmo conteúdo, o autor do e-mail ainda citava supostas “práticas obscuras e ilegais” em licitações e mencionava investigações por órgãos de controle, como Ministério Público, Tribunal de Contas e até o GAECO.

A empresa acionou a Justiça alegando que as afirmações atingiam sua reputação e configurariam crimes contra a honra. O caso foi analisado inicialmente no 1º Vara Criminal de São José dos Pinhais, que rejeitou a queixa-crime. A decisão foi mantida pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Paraná ao julgar o recurso apresentado pelos autores da ação.

O ponto central da decisão não foi a veracidade ou não das acusações feitas no e-mail. O tribunal entendeu que a peça apresentada pela empresa era genérica e não descrevia de forma detalhada os fatos, circunstâncias e condutas que configurariam os crimes de calúnia e difamação. Em outras palavras, a ação não avançou porque não atendia aos requisitos formais exigidos para esse tipo de processo, como a individualização das condutas e a delimitação clara dos fatos.

Na prática, isso significa que o Judiciário não analisou o mérito das acusações de direcio-

namento ou irregularidades em licitações. A decisão se limitou a apontar a ausência de justa causa para abertura da ação penal, por falhas na forma como a denúncia foi apresentada. Ainda assim, o conteúdo do e-mail, reproduzido nos autos, deixa claro que as suspeitas levantadas naquele momento são semelhantes às que aparecem agora no áudio e nas denúncias recentes.

Esse detalhe é relevante porque mostra que o debate sobre possível direcionamento de editais envolvendo a empresa vencedora do contrato não surgiu agora e tampouco se restringe a um único processo. Ele já circulava no mercado, foi formalizado em documentos, chegou ao Judiciário e, mesmo sem julgamento de mérito, permaneceu como ponto de controvérsia entre empresas do setor.

Cobrança percentual

Esse histórico ajuda a dimensionar o contexto em que surge a denúncia levada ao Ministério Público. Segundo a representação, o contrato de aproximadamente R\$ 3,8 milhões não seria um episódio isolado, mas parte de um ambiente mais amplo de negociações envolvendo projetos maiores e possíveis expansões. O documento relata que a suposta cobrança de percentual sobre o contrato estaria ligada à viabilização da contratação, e não à execução técnica do serviço, indicando a existência de tratativas paralelas.

A denúncia deu origem a um procedimento que tramita sob sigilo. O caráter reservado impede o acesso ao conteúdo integral da apuração, mas a existência do procedimento reforça a gravidade dos elementos apresentados. Nos bastidores, a avaliação é de que o material reúne não apenas a narrativa da suposta irregularidade, mas também referências cruzadas com contratos já firmados e menções a novos projetos em discussão.

Essa leitura encontra eco no próprio áudio, que sugere planejamento para além do contrato inicial. Em determinado momento, o interlocutor menciona a intenção de ampliar o sistema, com instalação de simuladores em diferentes unidades e integração de dados em uma estrutura centralizada. A fala sobre “ficar tudo no servidor da Celearpar” insere a companhia de tecnologia da informação nesse contexto e indica que o alcance das tratativas poderia envolver a infraestrutura tecnológica do Estado.

Isoladamente, cada um desses elementos poderia ser tratado como parte do jogo administrativo ou da disputa de mercado. O áudio, no entanto, conecta esses pontos sob uma nova perspectiva. Ele introduz linguagem de bastidor, menciona negociação, sugere influência e aproxima o debate de um terreno mais sensível, onde o problema deixa de ser apenas técnico.

Não há, até o momento, conclusão oficial sobre o conteúdo da gravação nem confirmação das acusações nela sugeridas. Ainda assim, ao trazer à tona expressões como “acerto”, referências a decisões tomadas de madrugada e discussões sobre valores, o áudio muda o patamar do caso e recoloca um contrato que parecia encerrado no centro da discussão pública.

No fim, o que está em jogo já não é apenas um contrato específico, mas a forma como decisões públicas são construídas, discutidas e eventualmente definidas fora do alcance formal dos processos administrativos. E é justamente nesse ponto que o caso deixa de ser apenas mais uma licitação questionada e passa a ser uma história que exige resposta.

EM 2026:

- + Asfalto Novo
- + Recape

- + Reperfilamento
- + Ciclovias
- + Abrigos de Ônibus

R\$ 250 MILHÕES EM INFRAESTRUTURA VIÁRIA

O MAIOR PACOTE DE OBRAS DE MOBILIDADE URBANA DE CASCAVEL.



- + PARA RECUPERAR,
- + PARA AVANÇAR,
- + PARA CRESCER,
- + PARA ORGULHAR.

E VEM MUITO MAIS POR AÍ.

50%

DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO



Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos



CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Série D do Brasileiro O time do técnico Cesar Bueno defende a invencibilidade diante do Guarany de Bagé neste domingo, pela terceira rodada

Cascavel pega o Guarany e mira a ponta da tabela

O destaque da Serpente Aurinegra tem sido o setor defensivo, que ainda não sofreu gols na competição

LUCIANO NEVES
Cascavel

● O Cascavel tem uma sequência de confrontos contra times gaúchos na Série D do Campeonato Brasileiro. Na semana passada, o time encarou uma longa viagem até Ijuí, no Rio Grande do Sul, e voltou para casa com um pontinho precioso na tabela de classificação. No entanto, o peso daquele ponto oriundo do empate sem gol com o time gaúcho só terá peso se o time do técnico Cesar Bueno vencer o jogo da terceira rodada neste domingo (19).

Nessa sequência de dois jogos contra gaúchos, o Cascavel recebe o Guarany de Bagé, às 16 horas, no Estádio Olímpico Jacy Scanagatta. Este será o primeiro jogo oficial entre as duas equipes na história e a Serpente Aurinegra vista manter o bom retrospecto diante de equipes do Rio Grande do Sul. Mas, mais do que isso, para Cesar Bueno a vitória em casa terá um peso significativo na tabela de classificação. O Cascavel não só abre uma vantagem sobre o próprio Guarany como se mantém nas primeiras posições no Grupo A15. O Cascavel iniciou essa rodada dividindo a liderança da chave com o Joinville, ambos com quatro pontos. No entanto, o time catarinense tem vantagem no saldo de gols. Mas atua como visitante nesta rodada e encara o Cianorte. O jogo será às 16 horas neste domingo, no Albino Turbay. Ou seja, dependendo dos resultados, a conclusão da rodada irá



Para vencer, o Cascavel conta com o paredão André Luiz, mas precisa melhorar o desempenho ofensivo Brayan Brandão

provocar mudanças na tabela. “É um jogo decisivo pela pontuação do campeonato. Uma vitória nossa representa um passo importante para nos distanciarmos do próprio Guarany. Será uma partida com um fator emocional muito forte, já que há muita coisa em jogo logo na terceira rodada. Por isso, precisaremos ter muito equilíbrio emocional. Contando com o apoio do nosso torcedor, dentro dos nossos domínios, queremos conquistar o resultado, que será fundamental para a sequência do campeonato”, disse Bueno.

O fator casa pode ser importante para o Cascavel, que está invicto no Estádio Olímpico na atual temporada. A equipe fez cinco jogos com duas vitórias e três empates. Mas os dois resultados positivos ocorreram nos jogos anteriores diante da torcida, um pelo Paranaense e outro pela Série D. Na estreia do certame, o Cascavel levou a melhor

NÚMERO

0

O Cascavel ainda não sofreu gols na Série D do Brasileiro

sobre o Santa Catarina, por 1 a 0, no dia 05 de abril.

Defesa

Uma das virtudes do Cascavel nesta Série D é o setor defensivo, que passou intacto nos dois jogos. O goleiro André Luiz, titular absoluto na meta cascavelense, enalteceu o desempenho da defesa. Mas compartilhou os méritos com os demais atletas que têm a missão de segurar os ataques adversários. “Eu acredito que não se trata apenas da minha parte, de não sofrer gols, mas do sistema defensivo como um todo. Hoje, quem vem jogando tem feito um trabalho muito consistente. Estamos desenvolvendo um trabalho muito positivo. O grupo tem se dedicado bastante, conversado diariamente e, durante os jogos, está sempre se ajustando, procurando identificar onde podemos melhorar. Felizmente, esse empenho tem se refletido nos resultados”, dis-

se André Luiz.

Reforço

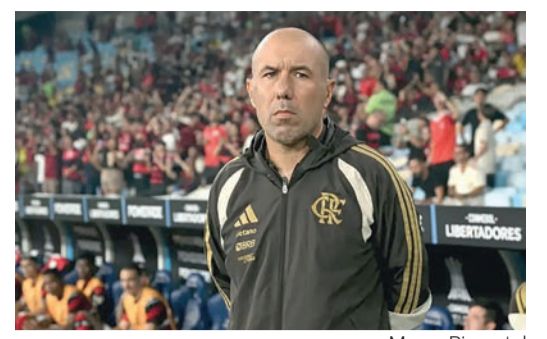
O Cascavel anunciou na sexta-feira (17) a contratação por empréstimo junto ao EC São Bernardo, do meia Kevin Malthus, de 23 anos, como novo reforço do elenco para a sequência da temporada 2026. O atleta chega para fortalecer o setor de meio-campo da Serpente, agregando qualidade técnica, intensidade e versatilidade ao modelo de jogo da equipe na disputa da Série D do Campeonato Brasileiro.

Formado nas categorias de base do Santos, Kevin ingressou no clube paulista em 2016 e permaneceu na equipe da Baixada até 2024, construindo uma trajetória sólida desde o Sub-11 até o Sub-23. Ao longo desse período, teve formação em um ambiente reconhecido nacionalmente pela excelência no desenvolvimento de atletas, aprimorando fundamentos técnicos, visão de jogo e entendimento tático.

Paranaenses

Além dos jogos de Cascavel e Cianorte, pela terceira rodada, o outro time paranaense que entra em campo pela competição é o Independente São Joseense. Depois da vitória na rodada passada, o representante da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) encara o Brasil de Pelotas, às 16 horas, no Bento Freitas.

Na quarta rodada da Série B, o Londrina volta a jogar em casa e terá uma parada dura. Joga contra o invicto Ceará, às 16 horas, no VGD. O Tubarão tenta acabar com a sequência de três jogos sem vitória. E no complemento da terceira rodada da Série C, o Maringá joga nesta segunda (20) e recebe o Brusque, às 20 horas, no Willie Davids. O Dogão defende os 100% de aproveitamento na terceira rodada nacional.



Mauro Pimentel

BRASILEIRÃO

Flamengo faz confronto direto com o Bahia

● Um dos jogos mais interessantes da 12ª rodada do Campeonato Brasileiro será entre Flamengo e Bahia, que jogam às 19h30, no Maracanã. Isso se justifica pela posição de ambos na tabela. Rubro-Negro e Tricolor de Aço têm vinte pontos, seis a menos que o líder Palmeiras. Logo, o jogo que encerra a rodada é um confronto direto. Na última quinta-feira, o Flamengo teve um compromisso pela Libertadores da América e goleou o Independiente Medellín por 4 a 1. O resultado confirmou o bom momento da equipe comandada por Leonardo Jardim. Além da liderança isolada do Grupo A, a equipe da Gávea quebrou um jejum incômodo que vinha assombrando o time no torneio continental. O Rubro-Negro voltou a vencer nas duas primeiras rodadas de Libertadores pela primeira vez desde 2022, ano em que conquistou o tricampeonato de maneira invicta. Além disso, com o triunfo diante dos colombianos no Maracanã, o time alcançou sua sexta vitória consecutiva jogando sob seus domínios no primeiro nível continental. O trabalho de Leonardo Jardim vem sendo muito elogiado internamente pelo trato com jogadores que vinham em descrédito durante o comando de Filipe Luís.



Raul Baretta

BRASILEIRÃO

Peixe encara o Fluminense na Vila Belmiro hoje

● Buscando a segunda vitória consecutiva no Campeonato Brasileiro, o Santos tem um compromisso contra o Fluminense neste domingo (19), às 16 horas, na Vila Belmiro, pela 12ª rodada do Brasileiro. Sob o comando de Cuca, o Alvinegro Praiano tentará voltar a vencer o Tricolor das Laranjeiras pela primeira vez em cinco anos. O técnico do Peixe, inclusive, tem um retrospecto positivo contra o time carioca. Cuca já enfrentou o Fluminense em 42 oportunidades, por 12 equipes diferentes. O comandante soma ampla vantagem, com 23 vitórias, 12 empates e sete derrotas, registrando um aproveitamento de 64,2%. Pelo Santos, Cuca perde essa dominância, apresentando uma queda em seus números. Somando todas as suas passagens, o treinador enfrentou o Fluminense em quatro ocasiões, com uma vitória, dois empates e uma derrota. No entanto, ao longo de sua carreira, Cuca levou a melhor contra o Fluminense não apenas nos confrontos gerais. O técnico enfrentou o Tricolor das Laranjeiras quatro vezes em duelos eliminatórios, vencendo três: as quartas de final da Copa do Brasil de 2021, pelo Atlético-MG, a semifinal do Campeonato Carioca de 2009, pelo Flamengo, e a final do Campeonato Carioca de 2008, pelo Botafogo. A única vez que Cuca levou a pior contra o Fluminense em um duelo eliminatório foi em 2006, pela primeira fase da Sul-Americana, também pelo Botafogo. Apesar de somar dois empates contra a equipe, foi eliminado nos pênaltis.

Por que o ídolo Oscar era chamado de ‘Mão Santa’ no basquete?

Um dos momentos mais marcantes da carreira aconteceu em 1987, nos Jogos Pan-Americanos de Indianápolis. Na ocasião, liderou a vitória da Seleção sobre os Estados Unidos

Gazeta Esportiva
São Paulo

● O esporte se despediu de Oscar Schmidt, maior jogador brasileiro de basquete. A lenda do basquete brasileiro, carinhosamente apelidada de “Mão Santa”, faleceu na última sexta-feira, aos 68 anos. A alcunha se popularizou durante os primeiros anos de sua carreira. Depois de iniciar sua trajetória profissional no basquete, em 1974, pelo Palmeiras, o ex-jogador teve rápida ascensão, acompanhada de um excelente aproveitamento nos arremessos.

Devido a isso, Oscar Schmidt passou a ser chamado de “Mão Santa”. Apesar de gostar do apelido, o ídolo afirmava que sua efi-

ciência nos arremessos era fruto de trabalho duro e dedicação e, por isso, o mais correto seria “mão treinada”. Atuando profissionalmente entre 1974 e 2003, Oscar Schmidt marcou 49.737 pontos na carreira. O brasileiro chegou a ultrapassar o lendário Kareem Abdul-Jabbar, ícone do Los Angeles Lakers e hexacampeão da NBA, como o maior cestinha da história do esporte. Atualmente, o recorde pertence a LeBron James, que já ultrapassou a marca de 50 mil pontos. Apesar de ter perdido o recorde geral, Oscar Schmidt continua sendo o maior cestinha da história das Olimpíadas, com 1.093 pontos. O brasileiro alcançou a marca disputando cinco edições dos Jogos Olímpicos, entre 1980 e 1996.

Ao longo da carreira, conquistou nove medalhas pela Seleção Brasileira, incluindo o lendário ouro nos Jogos Pan-Americanos de 1987, em Indianápolis, diante da anfitriã Estados Unidos na decisão.

NÚMERO

68

O ídolo Oscar morreu na última sexta-feira, aos 68 anos



O basquete se despediu de Oscar Schmidt Acervo pessoal

Nascido em Natal, Oscar Schmidt foi incentivado a praticar esportes desde a infância. Teve seu primeiro contato com o basquete aos 13 anos, quando se juntou ao Clube Unidade da Vizinhaça, seu primeiro time juvenil. Em 1974, aos 16 anos, mudou-se para São Paulo e iniciou sua carreira no Palmeiras. Destacou-se rapidamente, foi convocado para a seleção juvenil e, em 1977, eleito o melhor pivô sul-americano na categoria. Antes dos 20 anos, já havia sido campeão sul-americano e conquistado o bronze no Mundial das Filipinas, em 1979.

Após o destaque inicial, transferiu-se para o Sírio, onde conquistou seu maior título por

clubes: o Mundial Interclubes de 1979, ao superar o Bosna, da Iugoslávia, no jogo decisivo. Nos Jogos Olímpicos de Moscou 1980, foi o cestinha do Brasil na campanha do quinto lugar.

Nos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996, voltou a ser o cestinha do Brasil, tornou-se o maior pontuador da história olímpica, com 1.091 pontos, e terminou na sexta posição. Na reta final da carreira, Oscar Schmidt ainda defendeu Bandeirantes, Mackenzie e Flamengo. Pelo clube carioca, marcou seus últimos pontos e superou Kareem Abdul-Jabbar como maior pontuador da história do basquete. O ídolo se aposentou em 2003.

Líder Palmeiras recebe o Furacão pelo Brasileiro

Gazeta Esportiva
São Paulo

● Depois do compromisso pela segunda rodada da Libertadores da América, em que venceu o Sporting Cristal por 2 a 1, o Palmeiras volta a atuar no Allianz Parque neste domingo (19). Desta vez, a equipe atua pelo Campeonato Brasileiro e recebe o Athletico-PR. O jogo, válido pela 12ª rodada, será às 18h30. A meta do Verdão é manter a folga na liderança do campeonato. O time é o primeiro colocado na tabela com 26 pontos e começou a rodada com uma diferença de seis pontos sobre o segundo colocado. A equipe irá manter essa diferença

se vencer o jogo deste domingo.

Quem está embalado para o confronto é o atacante argentino Flaco Lopez, que acabou com o jejum na última quinta-feira, pela Libertadores da América. O jogador anotou, de pênalti, o gol da vitória do Palmeiras por 2 a 1 sobre os peruanos. O atacante não marca há um mês e valorizou o resultado obtido no Allianz Parque, em São Paulo (SP). “Já vinha de seis jogos em que não conseguia ajudar o time com gols. Todo mundo tem que pedalar junto. Feliz com a vitória em um jogo muito difícil”, disse. O atacante argentino havia marcado pela última vez na vitória por 1 a 0 sobre o Mirassol, pela sexta rodada do Campeonato Brasileiro, no



Flaco Lopez voltou a marcar Cesar Greco

dia 15 de março. Depois disso, o Alverde disputou seis jogos, mas Flaco não marcou em nenhum deles. Contudo, contribuiu com três assistências.

Furacão

A vitória sobre a Chapecoense na

rodada passada deixou o Athletico-PR com 19 pontos. A meta é se manter próximo dos primeiros colocados. Mendoza marcou um dos gols e reforçou o bom momento da equipe na competição. Titular em todas as 11 partidas disputadas pelo Athletico-PR no torneio, o atacante colombiano divide o protagonismo ofensivo com Viveros. A dupla soma 10 dos 17 gols do Furacão no Brasileiro até aqui. Além dos números no ataque, Mendoza também se destaca pelo desempenho defensivo, com média superior a quatro bolas recuperadas por jogo. O atacante também projetou o compromisso do Athletico diante do Palmeiras neste domingo.



Ricardo Duarte

BRASILEIRÃO

Colorado recebe o lanterna Mirassol hoje

● A programação de jogos da 12ª rodada do Campeonato Brasileiro inicia com o jogo das 11 horas entre Internacional e Mirassol, no Beira-Rio. O Colorado quer aproveitar a sequência de cinco jogos sem derrota para subir na tabela de classificação. O Colorado aparece no pelotão do meio com treze pontos. Na rodada passada, o Inter também jogou no Beira-Rio, mas não saiu do 0 a 0 com o rival Grêmio. Já o Mirassol vive uma situação complicada e está na lanterna com apenas seis pontos. Em dez jogos, a equipe paulista tem apenas uma vitória, três empates e seis derrotas. O Mirassol teve um jogo pela Libertadores da América no meio de semana e foi derrotado pela LDU do Equador por 2 a 0. O Remo é vizinho do Mirassol na zona da degola com oito pontos. E joga contra o Bragantino, às 18h30, no Cícero de Souza Marques. Um pouco mais acima da tabela, Coritiba e Atlético-MG fazem um confronto direto às 16 horas, no Couto Pereira. O Coxa tem 16 pontos, dois a mais que o Galo.



1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
VEÍCULOS	CAMINHÕES	MOTOS	ANIMAIS	AVISOS	NÁUTICA	MÁQUINAS	TELEFONES	EMPREGOS	ELETRÔNICOS	NEGÓCIOS	CURSOS	APARTAMENTOS	RESIDÊNCIAS	TERRENOS	P.COMERCIAIS	TURISMO

Publicidade Legal

APARTAMENTO PARA VENDA EM CURITIBA/PR

Vende-se apto no Bairro Bigorrião, Alameda Julia da Costa em Curitiba com 125m2 área útil e 150m2 área total no 5º andar.
3 amplos dormitórios, sendo 1 suíte com close 2 dormitórios, banheiro social, ampla sala de estar/jantar, lavabo, copa /cozinha, lavanderia e dependência de empregada completa.
2 vagas de garagem grande salão de festas e portaria. Conta com poço artesiano. Elevador totalmente reformado.
Tratar tel. 41 3040 3428 – tarde.

Ajude a Uopecan!

O Complexo Hospitalar Uopecan atende crianças, adolescentes e adultos com câncer, visando como principal objetivo a prevenção, diagnóstico e tratamento, transplantes de TMO Autólogo (Transplantes de Medula Óssea) e transplante de fígado.



A VIDRAÇARIA IDROLUZ

Vidros Espelhos, Molduras
Decorações em Geral
Vidros Temperados
Box para Banheiro
Jato de Areia
Persianas
Insulfilm's

Vidros e Espelhos
Bisotados
Atacado e Varejo
Fone/Fax
3226-2126
R. Antônio José
Cilas, 616 - Adimação
vidracaria@idroluz.com.br

GARCIA AUTO CENTER

MECÂNICA | SUSPENSÃO | FREIOS

99912-9515 99831-5310
45 3224-0062

RUA PARANÁ, 1490 - CENTRO

instagram: @garciaautocenter_ VISA MasterCard

PARA TRAZER
A INFORMAÇÃO
+ PERTO DE
VOCÊ

A GAZETA DO PARANÁ RENOVOU TUDO.
Seu grande jornal está mais organizado e informativo, com um visual mais atraente e moderno. Mais artigos, mais notícias, fotografias, mais conteúdo. Tudo para trazer o jornal mais perto de você, e você mais perto da informação.

GazetadoParaná

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

Como doar?

As doações em dinheiro podem ser realizadas de qualquer cidade nas seguintes contas bancárias:

Cascavel – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 6878-0
CNPJ 81.270.548/0001-53

Umuarama – Banco do Brasil
Agência: 3508-4/ Conta Corrente: 106878-4
CNPJ: 81.270.548/0002-34

Doar seu imposto de renda para o Hospital do Câncer Uopecan:



Você pode ajudar pessoas em tratamento do câncer doando seu imposto de renda, de forma fácil e sem custo.

Basta enviar um e-mail solicitando a participação da sua empresa para pronon@uopecan.org.br ou através dos telefones (45) 2101-7025 / (45) 9 9109-2445.

Vamos juntos unir esforços para combater o Coronavírus e proteger os pacientes em tratamento oncológico, que estão no grupo de risco.

Conheça outras formas de doações no site da Uopecan: uopecan.org.br



Aquarela do Brasil RESIDENCIAL

- Pista de Caminhada;
- Lago Artificial - Salão de Festa;
- Muita Área Verde - Facil acesso;
- Próximo ao Trevo Cataratas;
- Portaria 24 horas;

(45) 2101-7900
(45) 99136-6312

NELSON PADOVANI & CIA.
Desenvolvimento Imobiliário

HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)

O sábado trará decisões firmes, começos promissores e avanços na vida pessoal. Objetivos melhor definidos e escolhas criteriosas trarão segurança nas decisões e mais estabilidade. No amor, atitudes simples e consistentes fortalecerão a confiança e a parceria. Aproveite boas ofertas para comprar itens de beleza ou peças de design e presentes.

Touro (21/04 - 20/05)

Aproveite o sábado para cuidar da beleza, da imagem e fortalecer a autoestima. Relações próximas ganharão solidez. Com estabilidade emocional e clareza das prioridades, você poderá organizar melhor seus recursos e finalizar um longo ciclo com saldo positivo. Sonhos darão dicas do futuro profissional e do amor. Hora de fazer novas escolhas!

Gêmeos (21/05 - 20/06)

Desacelere, durma mais, ceda à preguiça e curta momentos deliciosos de relaxamento e de sintonia com sua força interior. Sonhos serão reveladores neste sábado, confie na sua percepção e resolva uma situação incômoda com posicionamento claro. Solte a imaginação e embarque em um clima mágico no amor. O ambiente social poderá mudar.

Câncer (21/06 - 22/07)

Carinho de amigos e convites interessantes colorirão o sábado. Encurte distâncias nos relacionamentos, explore um ambiente diferente e curta momentos especiais. Novas amizades também entrarão no menu de hoje. Aposte em maior abertura social e aumente as chances para o amor, se estiver só. Decisões sobre o futuro darão segurança. Sucesso!

Leão (23/07 - 22/08)

Carreira e reputação ganharão um impulso inesperado neste sábado. Aproveite para resolver uma pendência profissional, responder uma mensagem importante ou planejar o futuro com visão estratégica. Uma conversa reveladora poderá redirecionar um projeto. À noite, desacelere e dê atenção a quem você ama. Popularidade e prestígio em alta!

Virgem (23/08 - 22/09)

Estudos, viagem, documentação e planos de expansão ganharão impulso neste sábado que trará boas notícias de longe, aprovações e convites relevantes. Conexões internacionais ou com pessoas queridas de fora animarão o clima. Uma conversa significativa poderá mudar sua visão e acelerar decisões de mudança. Confiança e aventuras no amor!

Libra (23/09 - 22/10)

Intimidade e questões financeiras compartilhadas terão andamento positivo. O sábado trará conversas francas com o par sobre planos, contas conjuntas ou um acordo que ficou pendente. Mercúrio facilitará o diálogo, mesmo em temas delicados. Decida o futuro e planeje uma mudança. Estabilidade e harmonia na vida familiar e associações.

Escorpião (23/10 - 21/11)

Parcerias e relacionamentos próximos tornarão este sábado especial. Curta momentos carinhosos e intensifique as emoções. Desejos de estabilidade e de conforto fortalecerão os planos do casamento. Uma decisão madura poderá selar um compromisso ou definir o rumo de uma sociedade. Cuide da saúde com disciplina. Viajar favorecerá o amor!

Sagitário (22/11 - 21/12)

Rotina, trabalho e saúde ganharão uma dose maior de energia e de produtividade. Aproveite o sábado para melhorar hábitos, investir no seu bem-estar, cuidar do corpo e colocar em prática os planos de uma vida mais gostosa e equilibrada. Pegue leve no trabalho e nos compromissos cotidianos, pequenos ajustes farão grande diferença nos resultados.

Capricórnio (22/12 - 20/01)

Aproveite o sábado para curtir momentos deliciosos no amor, com os filhos ou num encontro casual. Criatividade, carinho, romantismo e emoção não faltarão. Bom para se divertir em ótima companhia e renovar os sentimentos. Se estiver só, uma paixão instantânea balançará suas certezas. Cultive a alegria. Casamento em alta!

Aquário (21/01 - 19/02)

Momentos carinhosos em família serão a melhor opção para este sábado que trará muita emoção, autoestima, reencontros especiais, lindas lembranças e histórias coquentes para ouvir e para contar. Aproveite também para fazer melhorias na casa. Um toque de arte na decoração dos espaços deixará o ambiente mais bonito e acolhedor.

Peixes (20/02 - 20/03)

Palavras doces e carinhosas aproximarão quem anda distante. Aproveite o sábado para expressar os sentimentos e imprimir mais poesia e emoção em sua vida. Encontro casual, visita inesperada ou mensagem de alguém especial trará grande alegria. Circule, siga a intuição e deixe a vida fluir naturalmente. Cheiro de novidade no ar!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br



CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel

Festival anual de música, na Califórnia	Mjistra Indígenas do Brasil (2023)	Chico Caruso, chargista	Infusão de ação calmante A Irlanda (poét.)	Dois metais de ferro-velho	As duas
Região dos Igarapés (abrev.)	Lance mais rápido do tênis (ing.)	Capital do Sudão	Passagens melódicas da guitarra	Rádio (?), comunicador de segurancas	
Jogo conhecido como Solitário	Tradicional talher da culinária japonesa	Bairro paulistano (?), jornalista	Canal de TV da Warner Bros.	Carlos de (?), poeta brasileiro	(?) Santidade, tratamento dado ao Papa
Portal de notícias esportivas (sigla)	Listagem Desejo eterno do curioso	Guillermo (?), goleiro mexicano			
Fenômeno que pode gerar tsunamis (pl.)					
Letra inexistente na Tabela Periódica					
Estado mexicano da capital Guadalajara					
Irmão de Caím (Bíblia)					Aveia, em inglês
A onça, em relação à capivara					
Prepara o terreno para o plantio					

BANCO 3/ae — her — oat 5/hasht — ochua, 6/cartum, 9/coachella, 14/sonria guajálara. 53

Solução

I	E	V	T	V	H	V		
V	B	O	O	V	O	E	H	d
O	B	H	T	E	B	V		
O	C	S	I	T	V	r		
V	C	O	O	W	S	V		
N	E	T	O	H	r			
S	O	L	O	W	E	R	V	W
I	H	S	V	H	n			
S	N	J	E	G				
V	I	C	N	E	I	C	V	d
B	W	I	O	V	I			
W	N	L	H	V	C	N		
V	T	E	H	C	V	O	C	
V	C	S						

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral
 CEP: 85.807-540
 CASCAVEL- PR
 Fone: (45) 3039-0015/3039-0114

Betel

- INSTRUMENTOS MUSICAIS
- LOCAÇÃO DE SOM, LUZ E TELÃO
- ELETRÔNICA/ CONCERTOS/ LUTHIER
- CONCERTO E ACESSÓRIOS PARA CELULARES
- BÍBLIAS E PRESENTES

Instagram: BETELSOM
 WhatsApp: (45) 99995-9256
 Telefone: (45) 3228-4874
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 405 ESQUINA COM RUA CARLOS GOMES - CENTRO - CASCAVEL/PR

GazetadoParaná

o jornal feito para amanhã.

PLASTÍVEL

Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
 EMBALAGENS

www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
 Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
 FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
 BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4 LEVE 5

Modelo: 435/436/285/278 - NOVO

Cada toner por R\$ 39,00

5 toners por R\$ 195,00*

100% Novo Compatível

*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT

Rua General Osório, 2475.
 Parque São Paulo, Cascavel-PR

Telefone: 45 9 9929-2660
 Telefone: 45 3096-8200

Instagram: artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAREL
Rua Fortunato Beber, 868
Pacaembú
85816-300 - (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 - (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS
DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da Gazeta do Paraná

Editorial

Transparência não se decreta

●A nota do DER/PR aposta em um argumento que costuma soar mais forte do que realmente é. Ao classificar o questionamento como tentativa de “criar problema”, o órgão desloca o foco do que importa. O debate não é sobre a relevância da ponte de Guaratuba, nem sobre o desejo legítimo da população de vê-la concluída. O ponto é outro. É saber como decisões que envolvem dezenas de milhões de reais são tomadas, justificadas e comunicadas.

Há uma diferença importante entre defender uma obra e blindá-la. Quando o discurso institucional se ancora em expressões como “obra histórica” e “procedimentos transparentes”, sem apresentar o detalhamento técnico que sustenta essas afirmações, o que se tem não é exatamente transparência. É narrativa.

A viagem ao exterior, descrita como técnica, pode perfeitamente ter sido legítima. O problema não está na viagem em si, mas na sua função dentro do processo decisório. Se soluções relevantes foram incorporadas ao projeto após essa agenda, o mínimo que se espera é a exposição clara de quais foram essas soluções, por que não estavam previstas inicialmente e de que forma justificam um aditivo de R\$ 88 milhões. Sem isso, a explicação permanece incompleta.

A resposta oficial também revela um incômodo recorrente com o papel da imprensa. Questionar não é desacreditar. É cumprir uma função elementar em qualquer ambiente que pretenda ser minimamente responsável com recursos públicos. A tentativa de transformar fiscalização em

oposição costuma ser um atalho retórico. E, como todo atalho, geralmente contorna o ponto central sem enfrentá-lo.

Não se trata de presumir irregularidades. Trata-se de reconhecer que obras dessa magnitude exigem um padrão de explicação proporcional ao volume de recursos envolvidos. Legalidade formal não encerra o debate quando há decisões que alteram significativamente o custo e o escopo de um contrato.

A ponte de Guaratuba seguirá sendo importante com ou sem polêmica. O que está em jogo é algo menos visível, mas igualmente essencial. A qualidade da gestão que sustenta essa obra. E, sobretudo, a disposição de quem a conduz em tratar questionamentos como parte do processo, e não como um incômodo a ser descartado.

Legislação de encomenda: O vício de vontade na era geopolítica

André Luiz DE CARVALHO MATHEUS

*Advogado atuante na área de mídia e liberdade de expressão, mestre em Direito pela Uerj, doutorando em Direito pela PUC-Rio e sócio da Flora, Mathews e Mangabeira Sociedade de Advogados e Vice-presidente da Comissão de Lawfare do IAB nacional

A discussão aconteceu no julgamento da AP 470 e, com base nisso, à época, a ADEPOL - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, a CSPB - Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e o PSOL ajuizaram, respectivamente, as ADIns 4.887, 4.888 e 4.889. O objetivo era a declaração de inconstitucionalidade da reforma da previdência da época (as ECs 41/03 e 47/05), sob a alegação de que a aprovação dessa reforma se deu mediante compra de votos, o que, por consequência, caracterizaria vício de decoro parlamentar.

Como aponta Lenza (LENZA, p. 276, 2020), o Ministério Público Federal, na ADIn 4.887, admitiu em parecer a tese denominada “vício na formação da vontade no procedimento legislativo”; contudo, o parecer foi pela improcedência da ação. É importante notar que a resistência em julgar tais ações não reside na invalidade da tese jurídica, mas na dificuldade probatória de isolar o ‘voto comprado’ como elemento determinante do resultado. Todavia, no plano teórico, a contaminação do ato normativo por conduta atentatória ao decoro é uma ferida aberta na nossa jurisprudência.

O processo legislativo não é um mero rito formal de contagem de votos, mas um procedimento qualificado pela ética da representação e pela busca do interesse público. O que se propõe aqui é uma leitura substancial do devido processo legislativo. Se a vontade do parlamentar é sequestrada por interesses escusos, ocorre o que a doutrina mais moderna chama de ‘abuso do poder de legislar’, transformando a lei em um simulacro de norma pública. Quando a vontade do legislador é capturada pelo poder econômico, pode-se en-

tender, que ocorre uma ruptura no devido processo legislativo, com previsão nos arts. 59 a 69 da no Carta Maior.

Dessa forma, se a base de sustentação de uma norma é a “propina” e não o debate democrático, a lei nasce com uma “mácula de nascença”, como defende Pedro Lenza, a corrupção parlamentar no exercício da função legislativa gera uma fraude no DNA desse dispositivo. A vontade que criou foi desvirtuada, comprada, o que anularia o caráter deliberativo da Casa legislativa. Nesse contexto, a lei não é apenas ilegítima, ela é juridicamente nula, pois o vício de vontade do agente político contamina a validade formal do produto legislativo. Ressalta-se, que até o momento, o STF não enfrentou o tema.

Mas vamos elevar o tom da discussão para um patamar ainda mais sensível: e se o “comprador” da vontade legislativa for um Estado estrangeiro? Imaginemos a tramitação de um projeto em matéria penal, a ultima ratio de qualquer sistema, que surgem sob o influxo de lobbies velados de potências externas ou interesses geopolíticos alienígenas.

Nesse cenário, não estaríamos mais tratando apenas de crimes como corrupção passiva ou prevaricação, mas sim diante de um ataque direto ao princípio da soberania, pilar fundamental da República Federativa do Brasil (art. 1º, I, CF/88). Se agentes políticos são cooptados por nações estrangeiras para infiltrar interesses internacionais na nossa legislação penal, a higidez das nossas instituições estaria comprometida.

O Direito Penal deve servir à proteção de bens jurídicos próprios da sociedade brasileira, orientando-se pelos princípios da intervenção mínima e

da proporcionalidade. Quando esses critérios são substituídos pela agenda estratégica de terceiros, a norma perde sua fundamentação ética e jurídica.

O Congresso Nacional não pode funcionar como uma extensão de interesses estrangeiros ou como um balcão de negócios internacional. Se a caneta do legislador foi guiada por aportes financeiros ou promessas políticas vindas de fora, o processo legislativo está irremediavelmente viciado por uma inconstitucionalidade formal insanável.

A fraude à Constituição é evidente: utiliza-se a forma da lei para encobrir um conteúdo que não emana da soberania popular, mas de uma imposição externa travestida de legalidade. É o que se poderia chamar de “legislação de encomenda internacional”, uma prática que ofende a dignidade da nossa democracia e a autodeterminação dos povos.

Uma lei que nasce para servir a outra bandeira, sob o pretexto de ser brasileira, é uma ofensa à segurança jurídica e à liberdade do povo. Não podemos permitir que o arcabouço normativo do país, especialmente aquele que restringe liberdades fundamentais, seja transformado em moeda de troca em tabuleiros geopolíticos.

Em última análise, uma norma fruto de vontade comprada ou alienada não possui a densidade jurídica necessária para integrar o ordenamento. Como bem assevera a boa doutrina, uma lei que nasce com tal mácula não merece o nome que carrega; é, antes de tudo, um contrato espúrio e inconstitucional imposto à sociedade, devendo ser expurgada pelo controle de constitucionalidade com o rigor que a preservação do Estado Democrático de Direito exige.

Política & CIA

Caos sanitário

VÍDEO DIVULGADO pelo influenciador Gabriel Bertolucci levanta suspeitas sobre condições sanitárias e procedimentos no Hospital Regional do Litoral, em Paraguá. Segundo ele, relatos atribuídos a médicos apontam possíveis falhas como uso de instrumentos inadequados, presença de roedores e casos de infecção hospitalar. Ainda de acordo com o autor do vídeo, também foi denunciada a suposta permanência de um corpo por período prolongado fora das condições ideais de conservação. O material teria sido encaminhado ao Ministério Público, que poderá apurar os fatos. O vídeo menciona ainda responsabilidades que envolveriam a gestão municipal e estadual, incluindo o prefeito Adriano Ramos e o ex-secretário de Saúde Beto Preto.

Padrão que se repete?

O ex-deputado Homero Marchese voltou às redes para ampliar o alcance do chamado “Frangogate” — e agora com um novo endereço. Em vídeo gravado no município de Pérola, no noroeste do Paraná, ele afirma ter encontrado mais um caso que seguiria a mesma lógica já apontada em São Jorge do Patrocínio: estrada rural pavimentada com recursos do Estado e ligação direta com estruturas privadas. “Olha o padrão se repetindo”, diz Marchese, ao mostrar a estrada rural Ipiranga. Segundo ele, a via dá acesso a aviários ligados a Darlan Scalco, chefe de gabinete do governador. No vídeo, o ex-deputado destaca que a obra é executada pela prefeitura, mas financiada com recursos estaduais. “É uma obra tocada pela prefeitura de Pérola, que contratou uma empresa para fazer isso, mas o dinheiro vem do governo do Estado”, afirma. O valor citado por ele chama atenção: cerca de R\$ 6,5 milhões investidos apenas neste trecho. A nova gravação reforça a linha de questionamento que vem sendo construída em torno do caso — e sugere que São Jorge do Patrocínio pode não ser um ponto fora da curva.

Fake Care

Nos bastidores da política e do Judiciário, a Operação Fake Care começa a entrar em um terreno conhecido — o da disputa de competência, onde processos inteiros podem simplesmente desmoronar. A defesa de Marco Marcondes enxergou a brecha e foi direta: se a investigação deveria estar na Justiça Federal, como apontou a 2ª Câmara Criminal do TJ-PR, tudo o que foi feito até aqui pode ir para o ralo. É o tipo de argumento que, se prosperar, não discute mérito — desmonta o caminho. Do outro lado, o Ministério Público do Paraná pisa em ovos e aguarda a palavra final da Justiça Federal. Tradução: ninguém quer bater o martelo antes de saber quem, afinal, segura o martelo. Enquanto isso, o caso segue sob sigilo e a prefeitura prefere o silêncio. No meio desse jogo, a pergunta que fica é simples: estamos diante de uma reviravolta jurídica ou de mais um capítulo em que o processo se perde antes mesmo de chegar ao fim?

Coletes vencidos

O alerta veio em tom de indignação — e com endereço certo. O tenente Helio jogou luz sobre um problema que, nos bastidores, já circula há tempos: policiais penais do Paraná estariam trabalhando com coletes vencidos, alguns há quase cinco anos, e em unidades onde

o equipamento precisa ser revezado entre servidores. A denúncia vai além do improviso constrangedor. Há relatos de agentes sendo deslocados para escoltas sem treinamento adequado e, pior, sem colete, simplesmente porque não há disponível. Em um sistema que começa a ecoar é direta: estão esperando o quê para agir? Porque, do jeito que está, a gestão da segurança parece apostar na sorte — e sorte não é política pública.

Habeas Corpus

Soltou, mas não liberou geral. O Tribunal de Justiça do Paraná concedeu habeas corpus ao policial militar e influenciador “Sancho Loko”, revogando a prisão preventiva — mas com uma coleira jurídica bem apertada. Na prática, Sancho saiu da cadeia, mas entra em um regime de vigilância: não pode circular à noite nem nos fins de semana fora de serviço, não pode deixar a cidade sem autorização e terá que bater ponto mensal na Justiça. Qualquer escorregão, volta para trás das grades. O caso é pesado. A investigação do Gaeco fala em suspeitas de tortura, fraude processual, lesão corporal e falsidade ideológica — e não em episdólio isolado. A operação, aliás, também levou outros policiais. Nos bastidores, a decisão reacende um debate incômodo: até onde vai a necessidade da prisão preventiva e onde começam os excessos? Porque, nesse tipo de caso, a Justiça solta com uma mão — e segura firme com a outra.

Crise institucional

Declaração do ministro Edson Fachin expõe diagnóstico incômodo sobre o funcionamento do Judiciário. Ao reconhecer uma crise e defender limites na atuação institucional, o magistrado reacende o debate sobre excesso de protagonismo, insegurança jurídica e a necessidade de freios claros entre os Poderes. A fala sinaliza tensão interna e pressão por revisão de práticas.

A inconstitucionalidade da descentralização do Direito Penal no Brasil

Izaque MARTINS DE OLIVEIRA

*Advogado, com atuação e interesse nas áreas de Direito Penal, Processo Penal e Processo Civil. Membro da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB SP

OLP 41/25 levanta uma séria controvérsia constitucional ao autorizar Estados e o Distrito Federal a legislar sobre Direito Penal e Processual Penal, incluindo a definição de crimes, penas e regras de processo e execução penal. À primeira vista, a proposta pode parecer uma ampliação do federalismo, mas na prática ela colide diretamente com a Constituição Federal.

O art. 22 da Constituição Federal, inciso I, é claro ao estabelecer que compete privativamente à União legislar sobre Direito Penal e Processual Penal. Essa escolha não é

acidental: busca garantir uniformidade nacional em matérias que envolvem diretamente a liberdade individual e a aplicação do poder punitivo do Estado.

Ao permitir que cada Estado crie seus próprios tipos penais e regras processuais, o projeto rompe essa uniformidade e abre espaço para um cenário de fragmentação jurídica, no qual condutas poderiam ser crime em um Estado e lícitas em outro. Isso compromete a segurança jurídica e o princípio da igualdade.

Além disso, a previsão de que a lei estadual prevaleceria sobre a federal em caso de

conflito agrava ainda mais o problema, pois inverte a lógica do sistema constitucional e enfraquece o pacto federativo. Embora a Constituição admita, em situações específicas, a delegação de competências legislativas por meio de lei complementar, essa autorização não é ilimitada e não pode significar a transferência ampla do núcleo essencial do Direito Penal. Por esses motivos, o projeto apresenta forte indicio de inconstitucionalidade formal e material, por violar a competência privativa da União e comprometer a coerência do sistema jurídico brasileiro.



Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais

@gasetaparana @gasetadoparana



ANDRESSA MUCELINI - Pose para o retrato. Foto: arquivo pessoal



AMALIA BORDIN - sempre bonita. Foto: arquivo pessoal

•Mundo digital

Um levantamento da Aos Fatos e do Núcleo Jornalismo, mostrou que aproximadamente a metade de todas as publicações no Instagram por 24 perfis da Banca Digital apareceu em mais de um perfil. O estudo leva em consideração os posts de 5 a 12 de junho de 2022. “As páginas fizeram 1.472 postagens no período, das quais 694 (47,1%) se repetiram”, diz o texto. “O levantamento considerou como repetidas postagens sobre um mesmo assunto, fato ou evento que apareceram em mais de um perfil com legendas ou imagens semelhantes.” Ao todo, 194 assuntos foram compartilhados repetidamente, e cada uma apareceu em entre 3 e 4 perfis, em média. Ao ser indagada se interferia nos assuntos a serem divulgados ao público, a agência de marketing negou. “A Banca Digital conta, hoje, com um time comercial completo, ficando à frente de todas as negociações publicitárias junto aos perfis, porém sem interferência editorial”, afirmou. Raphael Sousa (Choquei) debochou do texto de Jéssica (a garota que cometeu suicídio por causa deles), por supostamente ser longo. “Avisa para ela que a redação do Enem já passou”, disse.



AS AMIGAS Nereide dos Anjos e Silvana Pacheco marcando presença nos salões do TEC. Foto: arquivo pessoal

•Feliz Domingo

E que este dia irradie paz. Que seja cheio de surpresas, de felicidades e alegrias, afetos e muito carinho. Que seja de bençãos, que seja lindo, que seja especial para cada um de nós, com humildade, tranquilidade e serenidade e muita gratidão no coração por este presente divino preparado pelo amor mais puro de Deus! (Jared Hassan)

Saudade Não Tem Idade

Agência dos Correios em Cascavel – Década de 1950

ERA A DÉCADA DE 1950. Em meio às transformações de um município recém-emancipado, erguia-se, na Avenida Brasil, a modesta agência dos Correios e Telégrafos de Cascavel, de frente para o que hoje conhecemos como Praça dos Migrantes. Por ali passavam notícias, afetos e esperanças, conectando um povo que começava a escrever sua história ao mundo lá fora.



Acervo Xico Tebaldi

Praça 19 de Dezembro em Curitiba - 1954

Nesta imagem de 1954, registrada por Arthur Wischral, observamos o calçamento da praça 19 de Dezembro. O local recebeu este nome no século XIX, em referência ao dia da emancipação política do Paraná.

A praça, nos moldes que conhecemos hoje, foi inaugurada em 1953, durante as comemorações do Centenário da Emancipação Política do Estado. Foi nesse momento que recebeu seu obelisco de pedra e as estátuas nuas, de autoria dos escultores Erbo Stenzel e Humberto Cozzo, que pretendiam retratar o homem paranaense olhando em direção ao futuro e a mulher como símbolo da Justiça.

Além disso, o espaço também foi ornamentado com um tanque de águas e um mural de pedra em duas faces, contendo, em uma delas, um alto relevo de Erbo Stenzel e, na outra, um painel de azulejos de Poty Lazzarotto.

No século XIX, mais especificamente em 1863, a prefeitura instalou na praça um chafariz que abastecia de água as imediações. Ele funcionou até 1914 e por isso o local também ficou conhecido como Largo da Carioca, Largo do Campo da Bica, Largo do Chafariz do Nogueira e Largo Dezenove de Dezembro.



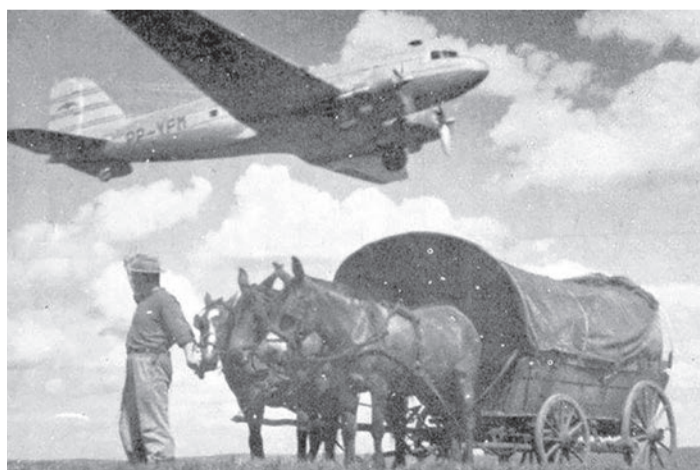
Acervo Curitiba Histórica / Postagem de Luiz Venske Dyminski no Grupo Antigo em Curitiba / Foto de Arthur Wischral

Aeroporto de Ponta Grossa, em algum momento dos anos 1950

Do acervo de Roland Weingartner, o registro mostra um avião modelo DC3 decolando do Aeroporto de Ponta Grossa, em algum momento dos anos 1950.

Inaugurado em 1949, com uma pista de terra, o então chamado Aeroporto Sant'Ana recebeu seu primeiro voo comercial em 1963, com a Real Aerovias operando aviões Douglas DC-3, com capacidade de 21 a 32 passageiros. Outras cinco companhias operaram rotas para São Paulo e cidades do Paraná, entre as quais a OceanAir Linhas Aéreas, para Cascavel e São Paulo, até 2003.

Em seu auge, no século passado, recebia até duzentos passageiros em seis voos diários.



Paraná Histórica

Francisco Beltrão – 1966

Do acervo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o registro mostra a região central de Francisco Beltrão, em algum momento do ano de 1966. Com o início do povoamento datado da década de 1940, o território onde hoje encontra-se o município era conhecido, nos primórdios, como Vila Marrecas, por conta da proximidade com o rio de mesmo nome.

Antes de ser emancipado, Francisco Beltrão era um distrito, pertencente a cidade de Renascença. A emancipação política veio em 14 de dezembro de 1952, em função de uma lei estadual que deu origem a diversos municípios do Paraná.



Governo do Paraná / IBGE / Acervo Paraná Histórica

Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais

@gasetaparana @gasetadoparana

pada
@padariagarbin



Global

UFOLOGIA

Astronautas da missão Artemis II estavam seguros ao retornarem à Terra?

A avaliação é do professor Daniel Guimarães Tedesco, doutor em Física pela UERJ e pesquisador nas áreas de educação, ciência e novas tecnologias no Centro Universitário Internacional UNINTER

A missão Artemis II tem levantado preocupações que vão além do que costuma aparecer na cobertura tradicional

Especial
OVNIHOJE.COM

A MISSÃO Artemis II, parte do programa lunar da NASA, tem sido alvo de diversas teorias da conspiração — algo relativamente comum em projetos espaciais de grande visibilidade. Não vamos tratar dessas teorias aqui, mas sim de algo um tanto interessante levantado por um professor em Física pela UERJ.

A missão Artemis II tem levantado preocupações que vão além do que costuma aparecer na cobertura tradicional. Um dos pontos destacados é o desempenho do escudo térmico da cápsula Orion, que apresentou falhas estruturais significativas durante seu único teste em voo real, realizado em 2022. Em vez de corrigir diretamente o problema, a NASA teria optado por uma solução alternativa: modificar a trajetória de reentrada — um procedimento que ainda não foi validado em missões tripuladas.

A avaliação é do professor Daniel Guimarães Tedesco, doutor em Física pela UERJ e pesquisador nas áreas de educação, ciência e novas tecnologias no Centro Universitário Internacional

UNINTER. Em seu artigo, ele ressalta o alerta do ex-astronauta Charles Camarda, veterano com 45 anos de atuação na NASA, que afirma que a agência pode estar repetindo padrões de decisão semelhantes aos que antecederam os acidentes com os ônibus espaciais Challenger e Columbia.

O texto ainda contextualiza esse comportamento dentro de um histórico de normalização de riscos em programas espaciais.

Veja que Tedesco escreveu: “Todo mundo feliz vendo a Artemis II, que decolou no famoso dia da mentira levando quatro astronautas rumo à Lua, ou melhor, perto da Lua. Mas qualquer pessoa que conhece a história da NASA, agência espacial americana, vai notar um fato que a cobertura festiva preferiu não enfatizar, pois iria estragar a festa, com certeza. O escudo térmico da cápsula Orion é feito de um material projetado para se consumir de forma controlada na reentrada, quando a superfície externa ultrapassa 2.700 °C. No único teste em velocidade real em voo não tripulado de 2022, mais de cem pedaços racharam e se soltaram inteiros, arrancados pela pressão de gases presos no material porque a estrutura era densa demais para deixá-los escapar.

A NASA investigou durante dois anos, identificou o mecanismo, e em vez de trocar o escudo, que já estava integrado à nave, decidiu mudar a trajetória de reentrada para evitar as condições que produziram a falha. Até que é engenhoso, mas nunca foi testado em voo. O que preocupa não é a decisão técnica, mas o quanto ela se parece com decisões anteriores que terminaram em tragédia.

O ex-astronauta Charles Camarda, com 45 anos de NASA e 22 de pesquisa em proteção térmica, afirmou publicamente que a agência está repetindo o mesmo tipo de raciocínio que resultou na



A capsula da NASA GPT-40

destruição da Challenger em 1986 e da Columbia em 2003. A socióloga Diane Vaughan viu esse padrão nos anos 1990: um problema é detectado e documentado, mas como os voos seguintes não terminam em catástrofe, a percepção de risco vai se ajustando, o inaceitável vira manejável, o manejável vira rotina, e a margem de segurança encolhe em silêncio até o dia em que não existe mais.

Os anéis de vedação do ônibus espacial se desgastavam havia nove anos quando a Challenger explodiu; pedaços de espuma atingiam o revestimento térmico em voo após voo quando a Columbia se desintegrou.

Infelizmente, o escudo da Artemis II se encaixa nesse molde. O defeito é conhecido, a correção foi na trajetória e não no escudo, e as simulações usadas para validar a nova rota pertencem à mesma família de modelos que não previu o problema. E o escudo sob os quatro astronautas foi fabricado com estrutura ainda mais densa

que a do anterior, para facilitar uma inspeção de fábrica, o que significa que a característica responsável pela falha foi piorada, mas não corrigida.

Tudo isso em uma NASA que perdeu mais de 20% da força de trabalho, ficou quase um ano sem administrador confirmado, enfrenta um corte orçamentário de 24% e opera sob pressão para chegar à Lua antes da China. O detalhe mais chato de tudo isso é que a missão poderia ter voado sem tripulação, já que desde fevereiro existe uma Artemis III em órbita baixa para 2027, eliminando a necessidade de sobrevoar tripulado antes do pouso. Um voo não tripulado teria testado tudo sem risco, mas a NASA decidiu que não era necessário.

A missão provavelmente vai dar certo, e espero sinceramente que dê. Mas Danny Olivas, ex-astronauta que integrou a equipe de revisão e que apoia a decisão de voar, disse algo que não me sai da cabeça: “às vezes temos sorte,

e quando temos sorte, trocamos isso por competência, e nos convencemos de que somos melhores do que somos”. É o tipo de frase que aparece nos relatórios pós-acidente da NASA. Espero que desta vez fique restrita a uma coluna de jornal.”

Cientistas ligados a OVNIs

Membros do Congresso dos EUA

A NASA investigou durante dois anos, identificou o mecanismo, e em vez de trocar o escudo, que já estava integrado à nave, decidiu mudar a trajetória de reentrada para evitar as condições que produziram a falha na Pensilvânia, em “Sinais” (2002), até a Torre do Diabo no Wyoming, em “Contatos Imediatos do Terceiro Grau” (1977), e a selva da América Central, onde se passa “Predador” (1987)

expressaram preocupação com os recentes desaparecimentos de várias figuras proeminentes. Recentemente, relatamos o misterioso desaparecimento do major-general aposentado da Força Aérea William Neil McCasland, que deixou sua casa em 27 de fevereiro e nunca mais foi visto. No entanto, o mistério de seu paradeiro é apenas um entre uma série

de desaparecimentos e mortes de alto perfil de cientistas e figuras do governo proeminentes nos últimos anos. Outro exemplo é o desaparecimento da engenheira aeroespacial Monica Reza, que desapareceu durante uma trilha há alguns meses, sem nenhum sinal de sua existência.

Depois, havia Frank Maiwald — um cientista da NASA JPL que morreu em circunstâncias misteriosas em 2024, aos 61 anos, sem que a causa real da morte tenha sido estabelecida. A lista continua — em maio de 2025, Anthony Chavez — um ex-funcionário do Laboratório Nacional de Los Alamos — também desapareceu sem deixar rastros. Outros exemplos incluem a assistente administrativa de Los Alamos Melissa Casias, o pesquisador da Novartis Jason Thomas, o chefe do MIT Plasma Science and Fusion Center, Nuno Loureiro, e o astrofísico Carl Grillmair, que desapareceram ou foram encontrados mortos ou assassinados em circunstâncias misteriosas.

Vários membros do Congresso desde então pediram investigações mais profundas sobre as ligações entre esses indivíduos e o que aconteceu com eles — incluindo o deputado Tim Burchett, que observou que McCasland, e possivelmente outros, tinham conexões com o fenômeno dos OVNIs. Então, poderia haver uma explicação comum para todos esses incidentes? Alguém pode estar mirando ou tentando silenciar aqueles que podem estar ‘por dentro’?

***Daniel Guimarães Tedesco** é doutor em Física pela UERJ, Professor da Escola Superior de Educação, Humanidades e Línguas e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Novas Tecnologias no Centro Universitário Internacional UNINTER

Afinal, talvez o cérebro não seja o criador da consciência

A consciência é simplesmente criada pelo cérebro, ou poderia ser uma característica mais profunda da própria realidade?

Ovnihoje.com
Especial

Os cientistas ainda não conseguem explicar como a consciência surge no cérebro. Novas ideias sugerem que ela pode, na verdade, ser uma parte fundamental da realidade. A consciência é simplesmente criada pelo cérebro, ou poderia ser uma característica mais profunda da própria realidade? Essa questão está no centro de uma apresentação de Christof Koch, uma figura de destaque na neurociência moderna, no 15º Simpósio

“Por Trás e Além do Cérebro”, organizado pela Fundação Bial, que acontece de 8 a 11 de abril no Porto.

O materialismo ainda domina o pensamento científico, mas Koch destaca lacunas importantes nessa perspectiva. Mesmo com os grandes avanços na neurociência, os cientistas ainda não explicaram como a experiência subjetiva surge a partir de processos físicos no cérebro. Essa questão não resolvida é conhecida como o “problema difícil” da consciência.

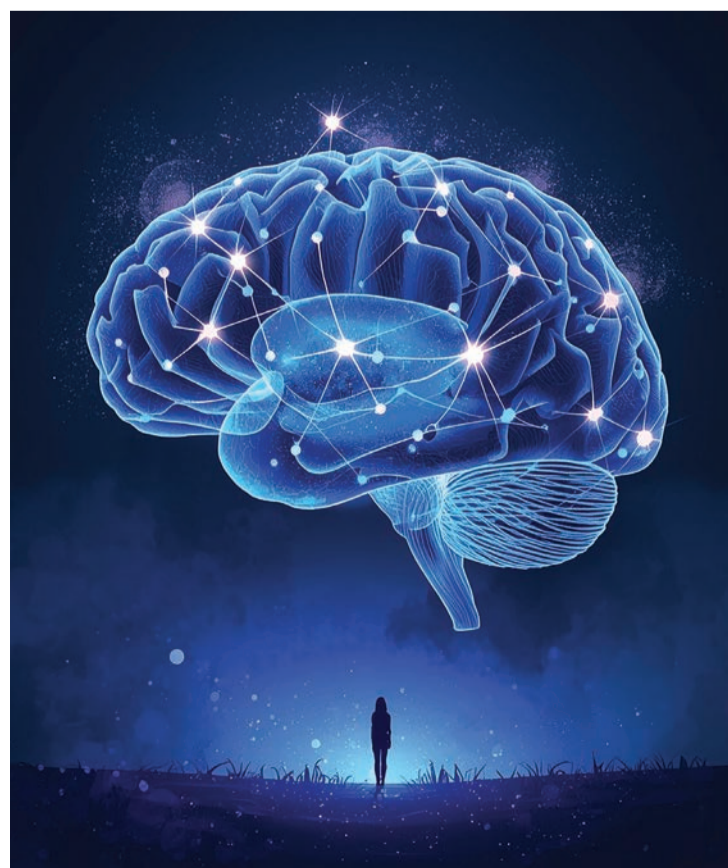
Três desafios fundamentais para a compreensão da consciência

A palestra de Koch se concentra em três áreas principais onde

as explicações atuais são insuficientes. A primeira é a dificuldade de reduzir completamente a experiência consciente a mecanismos físicos do cérebro. A segunda são as questões levantadas pela física moderna sobre o que pode ser verdadeiramente considerado “real”. A terceira é a persistência de experiências incomuns, como experiências de quase morte, estados místicos ou episódios de lucidez terminal, que não se encaixam perfeitamente nas estruturas científicas existentes.

Repensando a Consciência

Com base nesses desafios, Koch sugere que pode ser necessário revisar ideias filosóficas mais antigas, como o idealismo ou o



n3m3/leonardo.ai

panpsiquismo. Essas perspectivas tratam a consciência como um componente básico da realidade, em vez de algo produzido exclusivamente pelo cérebro. Ele apoia a Teoria da Informação Integrada, que propõe que qualquer sistema com um nível suficientemente alto de informação integrada possui alguma forma de experiência subjetiva, oferecendo uma interpretação científica do panpsiquismo.

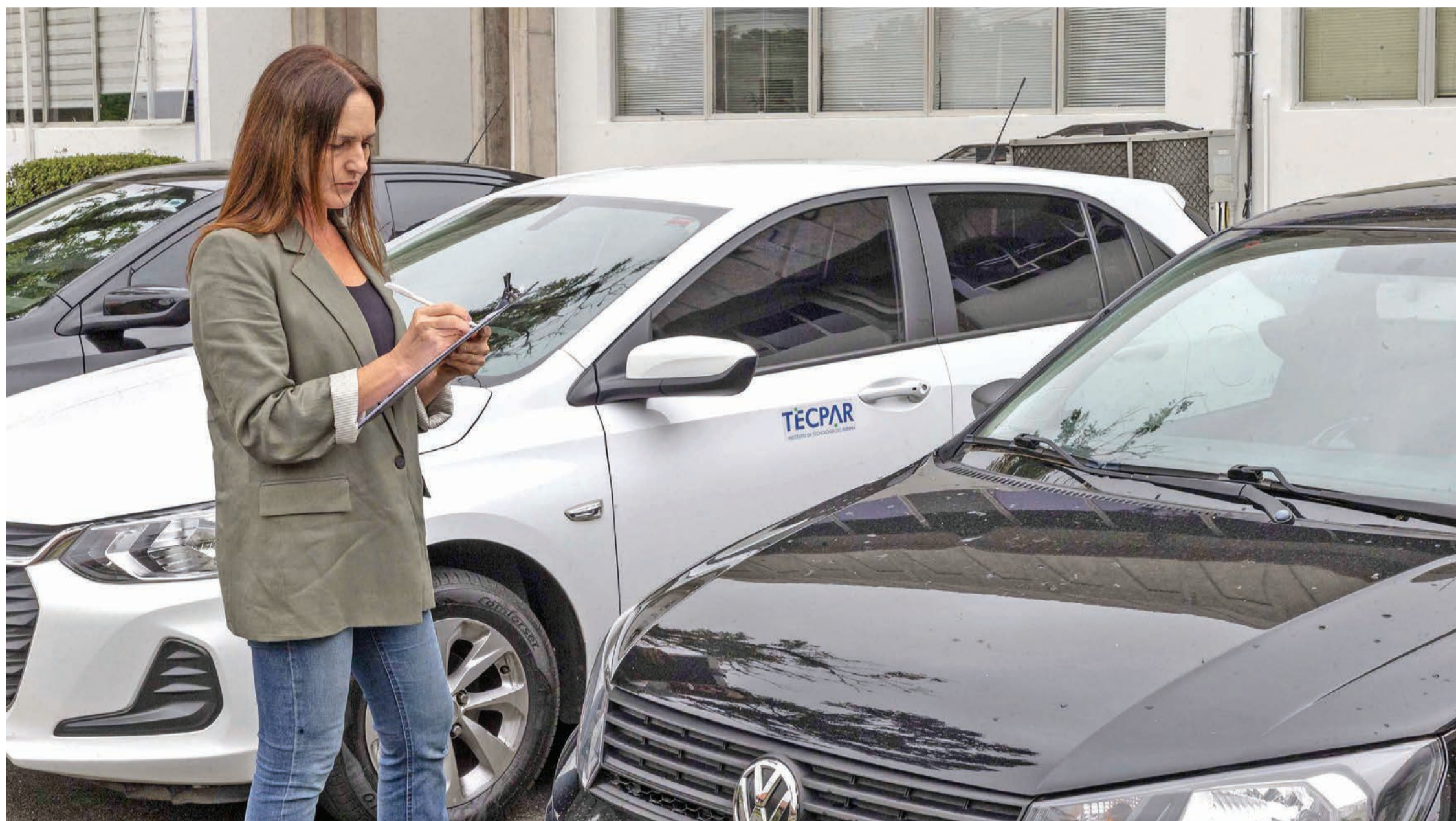
Uma voz líder na pesquisa da consciência

Koch, que trabalha no Instituto Allen de Ciências do Cérebro e lecionou anteriormente no MIT e no Caltech, desempenhou um papel fundamental no avanço dos estudos sobre a consciência. Sua pesquisa incluiu o desenvolvimento de novas maneiras de identificar sinais de consciência em pacientes que parecem não responder a estímulos, ajudando a expandir os limites de como os cientistas detectam e compreendem os estados de consciência.

TECH/MUNDO

Impacto ambiental A substituição do combustível derivado do petróleo por um biocombustível renovável resulta em uma redução aproximada de 82% nas emissões GEE

Frota do Tecpar passa a rodar só com etanol e reduz em 82% a emissão de carbono



Dados do governo federal e estudos técnicos indicam que o etanol é significativamente menos poluente do que a gasolina. Fotos: Hedeson Alves/Tecpar

Antes do projeto observava-se a predominância do consumo de gasolina na frota, seguida pelo diesel (S10 e comum), enquanto o etanol apresentava participação reduzida, apesar da existência de veículos flex

Cascavel
DA REDAÇÃO

A FROTA de veículos do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) utiliza somente etanol como combustível desde o início de abril. A iniciativa partiu da busca pela redução da pegada de carbono, ou seja, um investimento do Tecpar voltado à diminuição do impacto ambiental e à transição para um modelo de atuação mais sustentável. De acordo com dados da Divisão de Planejamento e Controle Estratégico do Instituto, a substituição do combustível derivado do petróleo por um biocombustível renovável resulta em uma redução aproximada de 82% nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Hoje o Tecpar possui 24 veículos em sua frota e,

destes, 20 são da categoria flex, ou seja, podem utilizar mais de um tipo de combustível (etanol e gasolina).

Antes do projeto observava-se a predominância do consumo de gasolina na frota, seguida pelo diesel (S10 e comum), enquanto o etanol apresentava participação reduzida, apesar da existência de veículos flex. Esse padrão indicava que a frota era majoritariamente dependente de combustíveis fósseis, com baixo aproveitamento do potencial de uso de biocombustíveis.

A quantificação desse impacto ambiental, associada ao consumo de combustíveis nas frotas veiculares, permitiu o registro dessas emissões e o planejamento de estratégias de mais sustentáveis no contexto institucional. “A adoção dessa medida contribui significativamente para a redução da pegada de carbono do Tecpar, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e às bo-

as práticas de gestão ambiental. Essa é nossa missão: aliar tecnologia e inovação com sustentabilidade”, destaca o diretor-presidente do Tecpar, Eduardo Marafon.

A FRASE

“A adoção dessa medida contribui significativamente para a redução da pegada de carbono do Tecpar”

EDUARDO MARAFON
Diretor-presidente do Tecpar

Agenda climática

De acordo com a bióloga e doutora em Engenharia Florestal Leila Teresinha Maranhão, que atua na Assessoria de Planejamento Estratégico do Tecpar, a realização deste projeto está diretamente relacionada à estratégia institucional do instituto de manter e consolidar seu desempenho de excelência na agenda climática, evidenciado pela classificação na Categoria A (excelente) do Selo Clima Paraná.

“A estimativa da pegada de carbono da frota e a avaliação de cenários alternativos, como a substituição da gasolina por etanol, são instrumentos estratégicos de apoio à gestão climática institucional, contribuindo para a melhoria contínua do desempenho ambiental do Tecpar e para a sustentação de sua posição de excelência no Selo Clima Paraná”, afirma a bióloga.

O Selo Clima Paraná é uma certificação estadual que reco-

nhece organizações públicas, privadas e municípios que adotam práticas sustentáveis, ESG (Ambiental, Social e Governança) e reduzem a emissão de gases de efeito estufa. Lançado em 2015, incentiva a economia de baixo carbono e a conservação ambiental.

Campanha interna

Após a utilização de etanol em todos os veículos da frota na categoria flex, o Tecpar busca a conscientização dos seus colaboradores para aderirem à causa da redução da pegada e carbono.

“Nossa intenção é estender a gestão sustentável das ações do instituto para o dia a dia dos nossos colaboradores. Queremos conscientizar para a importância de substituir combustíveis fósseis, que geram emissão de carbono e consequentemente impacto ambiental. O uso mais sustentável de etanol, um biocombustível renovável e que gera um impacto ambiental significativamente menor do que a gasolina, é uma alternativa mais sustentável para a mobilidade”, enfatiza o diretor-presidente.

O etanol é um biocombustível renovável, produzido no Brasil a partir da fermentação da cana-de-açúcar (ou milho). Dados do governo federal e estudos técnicos indicam que o etanol é significativamente menos poluente do que a gasolina, sendo uma peça central na transição energética brasileira para redução de gases de efeito estufa.

O CO₂ liberado na queima do etanol é absorvido novamente pelas plantas (cana/milho) durante o seu crescimento, criando um ciclo fechado de carbono, ao contrário da gasolina, que libera carbono fóssil que estava armazenado. De acordo com dados do governo federal, o etanol pode emitir até 80% menos gases de efeito estufa (especialmente dióxido de carbono) do que a gasolina ao longo do seu ciclo de vida.

Outro benefício é que o etanol gera menos resíduos sólidos durante a combustão, ajudando a manter o sistema de injeção dos veículos mais limpo e resultando em uma queima mais eficiente.



Tecpar busca a conscientização dos seus colaboradores para aderirem à causa da redução da pegada e carbono



Mais +

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Um convite também à educação ambiental, acessível para todas as idades, que vai encantar os mais diferentes públicos, do aventureiro ao pesquisador

"Bosque do Papa", traz a combinação de um memorial da cultura polonesa com uma beleza natural Fotos: Denis Ferreira Netto/SEDEST

Natureza do Paraná: confira seis dicas de passeios para o feriado de Tiradentes

Cascavel
DA REDAÇÃO

ÓRGÃO RESPONSÁVEL POR ADMINISTRAR OS PARQUES ESTADUAIS, O INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT) PREPAROU UMA LISTA COM SEIS RECOMENDAÇÕES COM COMPLEXOS AMBIENTAIS DE DIFERENTES REGIÕES DO PARANÁ

AQUÁRIO repleto de espécies marinhas, trilhas entre cânions, flores encantadoras, grutas, ar puro e muito verde. Essa é uma parcela dos passeios oferecidos pelas Unidades de Conservação (UCs) do Paraná para quem quer curtir a natureza durante o feriado de Tiradentes.

Órgão responsável por administrar os parques estaduais, o Instituto Água e Terra (IAT) preparou uma lista com seis recomendações com complexos ambientais de diferentes regiões do Paraná. Um convite também à educação ambiental, acessível para todas as idades, que vai encantar os mais diferentes públicos, do aventureiro ao pesquisador.

Confira o roteiro com passeios imperdíveis pelo Paraná:

Aquário de Paranaguá

Com quase 30 recintos diferentes com animais de diversas espécies, o Aquário de Paranaguá mistura diversão, educação ambiental e muito conhecimento sobre a vida marinha. Além dos animais nativos do litoral paranaense, é possível conhecer também espécies exóticas como o tubarão-bambu, encontrado na Ásia, além de uma infinidade de diferentes raias, pinguins e jacaré.

No Recanto dos Cágados, por exemplo, é possível alimentar os animais e aprender as diferenças entre as espécies. No espaço interativo do Pinguinário há cenário para fotos, totens de pinguins e óculos de realidade virtual que mostra o habitat da espécie na Patagônia, na Argentina e Chile.

A "Apresentação das Sereias", show que faz sucesso entre as crianças, também está na programação do feriado.

Localizado na Rua João Régis, no Centro Histórico da cidade, o Aquário de Paranaguá abre das 10h às 18h. A bilheteria fecha às

17h30. Os ingressos custam R\$ 28 (dinheiro) e R\$ 32 (cartão e pix) para os adultos e R\$ 14 (dinheiro) e R\$ 16 (cartão e pix) para crianças. Pagam meia-entrada pessoas com mais de 60 anos, estudantes, professores, doadores de sangue, pessoas com deficiência, autistas, policiais e moradores de Paranaguá.

Jardim Botânico de Londrina

Com 97 hectares, o Jardim Botânico de Londrina é perfeito para quem gosta de admirar a flora. O local possui uma grande variedade de espécies do Paraná divididas em cinco jardins temáticos: Arboreto Nativas do Paraná, Jardim das Barrigudas, Jardim das Coníferas, Jardim Desértico e Jardim da Vovó. Neles estão presentes desde árvores simbólicas como a Araucária (Araucaria angustifolia) até o Baobá (Adansonia digitata), característica de Madagascar.

O Jardim Botânico de Londrina fica aberto das 8h às 18h. A entrada é gratuita.

Parque Estadual João Paulo II - (Curitiba)

O Parque Estadual João Paulo II,



Cânion do Guartelá está localizado entre os municípios de Tibagi e Castro

conhecido popularmente como "Bosque do Papa", traz a combinação de um memorial da cultura polonesa com uma beleza natural e um espaço verde dentro da metrópole Curitiba.

O parque possui sete casas típicas em forma de aldeia, feitas de troncos de pinheiros, construídas por imigrantes poloneses.

Além disso, apresenta diferentes equipamentos e ferramentas de uso doméstico e cultivo da terra do século XIX.

Por meio de uma pequena trilha, é possível admirar a arquitetura da época junto à fauna nativa. O parque foi inaugurado em 1980, logo após a visita do Papa João Paulo II à Capital pa-

ranaense, e reconhecido como museu a céu aberto e santuário pelo Vaticano em 2023.

O espaço é administrado pela Prefeitura de Curitiba, fruto de um convênio com o IAT. O Parque Estadual João Paulo II funciona das 8h às 18h. A entrada é gratuita.

Parque Estadual do Guartelá - (Tibagi)

O Parque Estadual do Guartelá se destaca pela beleza natural, com direito a uma vista de encher os olhos para o sexto maior cânion do mundo em extensão, cenário complementado pela linda Cachoeira da Ponte de Pedra, derivada do Rio Pedregulho.

A Unidade de Conservação conta com dois caminhos com percurso médio de três horas: a Trilha Básica e a Trilha das Pinturas Rupestres (de maior dificuldade). Ambas dão acesso às piscinas naturais, conhecidas como "panelões", em que é permitido entrar na água para admirar a paisagem dos paredões de rocha arenito.

A trilha de maior dificuldade, que é feita apenas com guias devidamente cadastrados, também dá acesso a pinturas rupestres de

aproximadamente 7 mil anos.

O parque pode ser visitado das 8h às 16h, com entrada gratuita.

Parque Estadual de Campinhos - (Tunas do Paraná e Cerro Azul)

Localizado na Região Metropolitana de Curitiba, o Parque Estadual de Campinhos abriga a Gruta dos Jesuítas, uma caverna com 550 metros de extensão, a quinta maior do Paraná. A Unidade de Conservação conta com uma área com livre acesso para a fauna, sendo possível observar gaviões-relógio, morcegos herbívoros, gralhas azuis e outras espécies.

O local também possui uma trilha de 890 metros de extensão que percorre a floresta de Araucárias, onde é possível observar diversas árvores nativas.

O local funciona das 9h às 17h. Porém, para o passeio que dá acesso à gruta, é preciso agendamento prévio pelo telefone (41) 3659-1428. São dois horários disponíveis: 10h30 e 14h30. Importante: a entrada na caverna é permitida para pessoas a partir de seis anos. Não há cobrança de ingresso.

Parque Estadual de Amaporã

O Parque Estadual de Amaporã é um ambiente que proporciona, ao mesmo tempo, lazer e educação ambiental para a população da região, além da proteção de espécies do Paraná. A Unidade de Conservação conta com duas trilhas: a Trilha do Ipê, com 800 metros, voltada para a educação ambiental, e a Trilha Alternativa, com 1.200 metros, destinada a pesquisadores e interessados pelo estudo da flora.

O local possui ainda uma função importante na proteção de remanescentes da Floresta Estacional Semidecidual, de espécies como a peroba (Aspidosperma polyneuron). Além disso, o parque tem com duas áreas de lazer e espaço para atividades recreativas. Funciona das 8h às 17h, com entrada gratuita.



Gruta dos Jesuítas, situada no Parque Estadual de Campinhos em Tunas do Paraná

As informações da pirâmide etária reforçam o processo de envelhecimento populacional no Paraná ao longo da série histórica

Estado criou no ano passado a Bolsa Cuidador Familiar, iniciativa pioneira para fortalecer a permanência da pessoa idosa em casa com dignidade, reduzir a institucionalização desnecessária e valorizar o cuidado doméstico



Entre 2012 e 2025, todas as faixas etárias até 24 anos apresentaram redução Valdelino Pontes/SECID

População com 60 anos

ou mais cresce 55% no Paraná; número de domicílios também aumenta

Cascavel
DA REDAÇÃO

O NÚMERO DE PESSOAS com 60 anos ou mais no Paraná aumentou 55,42% entre 2012 e 2025, passando de 1,28 milhão para 1,98 milhão de pessoas. Do outro lado da pirâmide etária, a população de 0 a 24 anos caiu -7,83% no período, passando de 4,26 milhões de pessoas, em 2012, para 3,93 milhões no ano passado. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta sexta-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As informações da pirâmide etária reforçam o processo de envelhecimento populacional no Paraná ao longo da série histórica. Entre 2012 e 2025, todas as faixas etárias até 24 anos apresentaram redução, com destaque para o grupo de 15 a 19 anos, que registrou a maior queda proporcional (-19,2%).

Por outro lado, a população a partir dos 25 anos cresceu de forma consistente, especialmente entre os grupos mais envelhecidos. As faixas de 60 a 64 anos e de 70 a 74 anos apresentaram os maiores avanços, com 58,5% e 78,5% respectivamente, evidenciando o aumento da participação de idosos na estrutura etária do estado.

Políticas públicas

A tendência de envelhecimento da população demanda uma série de políticas voltadas às pessoas idosas, área em que o Estado é referência. O Paraná foi o primeiro da América do Sul reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Estado Amigo da Pessoa Idosa. O título, conquistado no ano passado, reforça o compromisso do Governo do Estado com políticas públicas intersetoriais que promovem o envelhecimento saudável, a inclusão e o respeito a esse público.

Para manter esse status, a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (Semipi) lançou no ano passado o programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, uma política estruturante voltada ao fortalecimento da rede de atenção, prote-



População a partir dos 25 anos cresceu de forma consistente Valdelino Pontes/SECID

ção e promoção dos direitos das pessoas com 60 anos ou mais. A iniciativa reúne um conjunto de ações estratégicas que somam R\$ 113,7 milhões em investimentos.

Outra área que conta com programas exclusivos para os idosos é a da habitação, como a construção de Condomínios para Idosos, projetados para oferecer moradia adequada, convivência e atenção em saúde, e o Casa Fácil Terceira Idade, que concede R\$ 80 mil a pessoas acima de 60 anos para que elas consigam financiar a compra de uma casa própria.

Na área de cuidado, o Estado criou no ano passado a Bolsa Cuidador Familiar, iniciativa pioneira para fortalecer a permanência da pessoa idosa em casa com dignidade, reduzir a institucionalização desnecessária e valorizar o cuidado doméstico, frequentemente assumido por mulheres que deixam o mercado de trabalho para acompanhar familiares.

O programa prevê o pagamento de meio salário-mínimo por mês a cuidadores familiares de pessoas idosas em situação de dependência ou fragilidade, reconhecendo o papel desempenhado por quem dedica tempo integral ao cuidado dentro do lar.

De acordo com a diretora de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa da Semipi, Larissa Marsolik, o Paraná consolidou uma rede de proteção a esse público. “Trouxemos o olhar para dentro dos lares com o Bolsa Cuidador Familiar e o programa Cuida Mais Paraná. Nosso foco é o envelhecimento ativo, cuidando de quem cuida e oferecendo suporte técnico e financeiro para que as famílias paranaenses tenham qualidade de vida”, afirmou.

Para ela, falar do envelhecimento no Paraná é, antes de tudo, falar da política do cuidado e de um pacto de respeito entre as gerações. “Envelhecer é um triunfo, e nosso Estado entende que esse processo exige presença

real para transformar o cuidado em um direito concreto, garantindo que ninguém enfrente essa fase com solidão ou desamparo”, acrescentou.

Domicílios

A Pnad Contínua contabilizou ainda que o Paraná contava, em 2025, com 4,518 milhões de domicílios, sendo que 89,6% estão localizados na área urbana e 10,4% na área rural. Isso representa 5,6% do total do Brasil.

A Região Sul foi a única em que todas as Unidades da Federação apresentaram crescimento significativo no número de domicílios, em relação a 2024, com o Paraná liderando o ranking com 4,3%, seguido por Santa Catarina (4,2%) e Rio Grande do Sul (3,2%).

A ocupação dos domicílios particulares permanentes no Paraná apresentou, ao longo dos anos, diminuição do número médio de moradores por domicílio, indicando redução

do adensamento domiciliar. Em 2025, em média, cada domicílio era moradia de 2,6 pessoas no Paraná. Em 2021 eram 3 pessoas.

O tipo de domicílio predominante no Paraná segue sendo a casa, que representou 83,5% das unidades domésticas paranaenses em 2025. Em 2012, mulheres representavam 50,9% da população paranaense, com 19,9% delas responsáveis pelo seu domicílio. Em 2025, mulheres passaram a representar 51,2% da população paranaense, com 39,5% delas responsáveis pelo seu domicílio.

Outro destaque é que o Paraná segue sendo o segundo estado com o maior percentual de domicílios que possuem carro no Brasil, com 68,3%, atrás apenas de Santa Catarina, com 74,2% dos domicílios.

População

O Paraná se mantém como quinto maior estado brasileiro em população, com 11,9 milhões

FRASE

“Envelhecer é um triunfo, e nosso Estado entende que esse processo exige presença real”

LARISSA MARSOLIK
Diretora de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa da Semipi

de habitantes, o que representa 5,6% do total de brasileiros.

Outro apontamento da pesquisa diz respeito ao aumento da população feminina. Em 2012, as mulheres representavam 50,9% da população paranaense, sendo que 19,9% delas eram responsáveis pelo seu domicílio. Em 2025, as mulheres passaram a representar 51,2% da população paranaense, com 39,5% delas responsáveis pelo seu domicílio.

Em relação ao balanço nacional, a população brasileira cresceu 0,4% entre 2024 e 2025, chegando a 212,7 milhões de pessoas. Desde 2013, observa-se uma desaceleração no crescimento anual do número de habitantes do País: ficou em 0,8% de 2013 a 2015, oscilou entre 0,7% e 0,6% de 2016 a 2020, e vem se mantendo em 0,4% desde 2021. A parcela das pessoas de 60 anos ou mais de idade representava 16,6% da população em 2025, frente à estimativa de 11,3% em 2012.

EXPLORE TODO O POTENCIAL DA SUA EMPRESA NA TORRE BUSINESS

AMEXCON



MEIO PAVIMENTO



OFFICE ¼ DE ANDAR



OFFICE MODULAR

ISTO É SQUARE LIFE CENTER

Conheça o empreendimento completo:
squarelifecenter.com.br

Av. Toledo, 355
Centro, Cascavel/PR



Fale com seu corretor.

Gazetajus

Cronograma A análise ocorre no plenário virtual e tem prazo para conclusão até o dia 28 de abril de 2026. O tema trata da aplicação da regra introduzida pela Reforma da Previdência de 2019 (EC 103/19)

Empregados públicos já tem maioria do STF para aposentadoria compulsória

Corte analisa, com repercussão geral, se regra constitucional dos 75 anos alcança trabalhadores de estatais contratados pela CLT

REDAÇÃO
Cascavel

• O Supremo Tribunal Federal retomou o julgamento que vai definir se a aposentadoria compulsória aos 75 anos deve ser aplicada também a empregados públicos, e já há maioria parcial formada na Corte. A análise ocorre no plenário virtual e tem prazo para conclusão até o dia 28 de abril de 2026.

O tema, com repercussão geral reconhecida (Tema 1.390), trata da aplicação da regra introduzida pela Reforma da Previdência de 2019 (EC 103/19), que passou a prever expressamente a aposentadoria obrigatória para empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Até o momento, o relator, ministro Gilmar Mendes, votou pela aplicação imediata da norma constitucional, entendimento que já foi acompanhado pelos ministros Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Dias Toffoli.

A divergência parcial foi abert



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

ta pelo ministro Flávio Dino. Ele concorda com a aplicação da aposentadoria compulsória, mas defende que o desligamento deve assegurar ao trabalhador o

pagamento de verbas já incorporadas, como férias, 13º proporcional e saque do FGTS.

O caso concreto analisado envolve uma ex-empregada da

Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que foi desligada ao completar 75 anos, mesmo já estando aposentada pelo Regime Geral da Previdên-

cia desde a década de 1990. Ela questiona a aplicação da regra aos empregados celetistas e pede reintegração ou indenização.

A tramitação do processo foi

marcada por interrupções. O julgamento chegou a ser suspenso anteriormente após pedido de vista e também passou por destaque para análise presencial, retornando posteriormente ao plenário virtual após a devolução do processo.

Agora, com a retomada, os ministros têm até o fim do prazo para votar, pedir nova vista ou novamente retirar o caso do ambiente virtual. Caso não haja nova interrupção, a Corte deverá concluir o julgamento ainda dentro desse período.

A decisão final vai definir, de forma vinculante, se empresas estatais devem desligar automaticamente empregados ao atingirem 75 anos — uma definição com impacto direto sobre a gestão de pessoal e milhares de vínculos em todo o país.

NÚMERO

75

O caso concreto analisado envolve uma ex-empregada da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que foi desligada ao completar 75 anos

CPI do Crime Organizado acaba sem relatório e sem de indiciamento de ministros do STF

Votação marcada por trocas estratégicas de parlamentares e críticas à presidência do Senado termina com placar de 6 a 4; parecer derrotado mapeou 90 facções e apontou lavagem de dinheiro em bancos e criptomoedas

Redação
Cascavel

• Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Crime Organizado rejeitaram o relatório do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) que, entre outros pontos, pedia o indiciamento de três ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Foram seis votos contrários e quatro a favor do parecer. Com isso, a CPI encerra os trabalhos sem um documento final.

Antes da votação do relatório, o presidente da CPI, senador Fabiano Contarato (PT-ES), criticou o fato de os trabalhos não terem sido prorrogados pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

“Infelizmente, essa CPI não apresentou um resultado daquilo que nós almejamos. Nós fomos impedidos efetivamente de termos essa CPI tão importante do crime organizado que deixa a população fragilizada no seu direito constitucional que é segurança a pública, porque, infelizmente, a Presidência dessa Casa não prorrogou a Comissão Parlamentar de Inquérito”, disse.

Contarato também criticou o STF por, segundo ele, ter dificultado a oitiva de depoentes, o que impediu a CPI de coletar provas “de natureza objetiva e subjetiva”.

No entanto, o presidente da

CPI defendeu a importância da instituição para a democracia e também posicionou-se contra indiciamento dos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes e do procurador-geral da República Paulo Gonet, proposto pelo relator.

“O ato de indiciamento é um ato de grande responsabilidade, porque você está lidando com a reputação e a vida das pessoas e isso é muito grave, isso é muito sério dentro da democracia. Ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente”, argumentou.

O senador disse ainda esperar que o STF faça uma autocrítica de determinadas posições, a exemplo dos habeas corpus que impediram diversos depoimentos e o impedimento de acesso a informações colhidas pela Polícia Federal.

“Acho que vai chegar um momento de fazer uma análise, uma autoanálise”, pontuou.

A favor do relatório votaram: Alessandro Vieira (MDB-SE), Eduardo Girão (NOVO-CE), Espiridiano Amin (PP-SC), Magno Malta (PL-ES). Contra o relatório: Beto Faro (PT-PA), Teresa Leitão (PT-PE), Otto Alencar (PSD-BA), Humberto Costa (PT-PE), Soraya Thronicke (PSB-MS) e Rogério Carvalho (PT-SE).

O líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT-BA), também criticou o relatório. Ele ressaltou que uma CPI não é um lugar de disputa política, é um lugar de investigação.

“Do ponto de vista de indiciamento, (Fabiano) Zettel não foi indiciado, Daniel (Vorcaro) não foi indiciado, o ex-presidente do Banco Central (Roberto Campos Neto) não foi indiciado”, destacou Wagner, que votou contra o relatório do senador Alessandro Vieira.



Lula Marques/Agência Brasil

“Se a Vossa Excelência mantivesse aqui as sugestões legislativas feitas, conte com o meu voto. Com o restante do processo de indiciamento, que na minha opinião não indicia a centralidade da sua CPI, que é do Crime Organizado, me perdoe, eu tenho que votar contra, porque eu não vou corroborar com a sanha de querer atacar instituição Supremo Tribunal Federal, como muitos têm feito aqui.”

Troca de integrantes

Mais cedo, na abertura dos trabalhos, houve a troca de integrantes do colegiado. Os senadores Teresa Leitão (PT-PE) e Beto Faro (PT-PA) substituíram os senadores Sergio Moro (PL-PR) e Marcos do Val (Avante-ES), integrantes do bloco partidário formado por MDB, PSDB, Podemos e União Brasil.

A substituição ocorreu a pedido do líder do bloco desses parlamentares, Eduardo Braga (MDB-AM), a quem cabe indicar os integrantes do colegiado.

O relator Alessandro Vieira imputou ao governo a troca de integrantes do colegiado e a derrota na votação.

Vieira defendeu o indiciamento de ministros do Supremo e disse que a derrota só “vai adiar a pauta”.

“A decisão dos colegas pela não aprovação, após uma intervenção direta do Palácio do Planalto, reflete apenas um atraso na pauta. Ela pode não acontecer agora, mas tem data para acontecer”, disse o senador após o resultado da votação.

A CPI investigou o modus operandi de facções e milícias em diferentes regiões do país. Além de investigar a ocupação territorial por facções, a CPI fez um levantamento dos crimes relacionados às atividades econômicas, à lavagem de dinheiro e de infiltração no Poder Público, como no caso do Banco Master.

O relatório foi apresentado após 120 dias de trabalho. Com 220 páginas, o parecer de Vieira

traz um retrato do funcionamento do crime organizado no Brasil e propõe medidas para combater o avanço da criminalidade.

Para o relator, “o fenômeno da criminalidade organizada no Brasil atingiu um patamar de complexidade e enraizamento que representa uma ameaça concreta à soberania do Estado, à democracia e aos direitos fundamentais da população”.

Organizações criminosas De acordo com o relatório, 90 organizações criminosas foram mapeadas, sendo duas com atuação nacional e transnacional e presentes em 24 estados e no Distrito Federal. Entre as organizações citadas estão o Comando Vermelho (CV) e Terceiro Comando Puro (TCP), do Rio de Janeiro; e Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo.

Para Vieira, essas facções criminosas atuam “como verdadeiros para-Estados, exercendo domínio territorial sobre comunidades inteiras, impondo

regras de convivência, cobrando tributos ilegais e fornecendo serviços que deveriam ser de competência estatal”.

Segundo o relatório, pelo menos 26% do território nacional estariam sob algum tipo de controle do crime organizado e 28,5 milhões de brasileiros vivem em áreas com a presença dos criminosos. A lavagem de dinheiro é apontada como “o mecanismo central de sustentação do crime organizado”, presente na venda de cigarro, ouro, mercado imobiliário, bebidas, fintechs, criptomoedas e fundos de investimento.

Experiências exitosas

Segundo Vieira, a CPI também identificou experiências exitosas no enfrentamento ao crime organizado, ao citar as Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (FICCOs), presentes em todas as 27 unidades da Federação.

“A estratégia de descapitalização financeira, com mais de R\$ 4 bilhões apreendidos apenas na Operação Carbone Oculto, comprovou que atingir o patrimônio das organizações é mais efetivo do que a mera repressão policial convencional. A cooperação internacional, com ações policiais em 34 países e a prisão de 842 foragidos entre 2021 e 2025, evidenciam que o Brasil dispõe de capacidade operacional significativa quando há recursos e articulação adequados”, destacou.

NÚMERO

26%

Segundo o relatório, pelo menos 26% do território nacional estariam sob algum tipo de controle do crime organizado e 28,5 milhões de brasileiros vivem em áreas com a presença dos criminosos